

**CIÊNCIAS HUMANAS,  
LINGUAGENS,  
ARTES E TEATRO:**

**MÚTIPLAS CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISA  
NO FAZER CIENTÍFICO**

**LEANDRO ANTÔNIO DOS SANTOS**

**TAINÉ PIRES DUARTE**

**RANNA IARA DE PINHO CHAVES ALMEIDA**

**[Organizadores]**

**CIÊNCIAS HUMANAS,  
LINGUAGENS,  
ARTES E TEATRO:**

**MÚTIPLAS CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISA  
NO FAZER CIENTÍFICO**

**LEANDRO ANTÔNIO DOS SANTOS**

**TAINÉ PIRES DUARTE**

**RANNA IARA DE PINHO CHAVES ALMEIDA**

**[Organizadores]**

## **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote  
Silva  
UNIDAVI/SC  
<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán  
UFCE- Colômbia  
<http://lattes.cnpq.br/0048679279914457>

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos  
UFSM- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/0003382878348789>

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de  
Oliveira Brito  
UAL - Lisboa- Portugal.  
<http://lattes.cnpq.br/1347367542944960>

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller  
Germani  
UFFS- Passo Fundo/RS  
<http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins  
UFFS - Chapecó/SC  
<http://lattes.cnpq.br/9818548065077031>

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa  
UFN- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/2363988112549627>

Prof. Dr. Pedro Henrique Witsch  
UFES - Vitória/ES  
<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin  
UFOB  
<http://lattes.cnpq.br/3377502960363268>

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler  
UFSM- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/5754140057757003>

Profa. Dra. Liziany Müller  
UFSM- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza  
UNISC- Santa Cruz do Sul/RS  
<http://lattes.cnpq.br/4407126331414>

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio  
UFRGS - Porto Alegre/RS  
<http://lattes.cnpq.br/7823646075456872>

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch  
UFSM- Palmeira das Missões/RS  
<http://lattes.cnpq.br/0639803965762459>

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos  
UFU– Uberlândia/MG  
<http://lattes.cnpq.br/4649031713685124>

Dr. Rafael Nogueira Furtado  
UFJF- Juiz de Fora/MG  
<http://lattes.cnpq.br/9761786872182217>

Profa. Dra. Angelita Zimmermann  
UFSM- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/7548796037921237>

Profa. Dra. Francielle Benini Agne  
Tybusch  
UFN - Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>

Copyright © Arco Editora, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Arco Editora.

*Diagramação e Projeto Gráfico : Gabriel Eldereti Machado*

*imagem capa: www.pixabay.com*

*Revisão: dos/as autores/as.*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Ciências humanas, linguagens, arte e teatro [livro eletrônico] : múltiplas contribuições de pesquisa no fazer científico / Leandro Antônio dos Santos, Taine Pires Duarte, Ranna Iara de Pinho Chaves Almeida organizadores. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2021.  
PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-89949-54-1

1. Ciências humanas 2. Ciências humanas - Pesquisa  
3. Trabalhos científicos - Metodologia I. Santos, Leandro Antônio dos. II. Duarte, Taine Pires.  
III. Almeida, Ranna Iara de Pinho Chaves.

21-93662

CDD-001.3072

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ciências humanas : Pesquisa 001.3072

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



**10.48209/978-65-89949-54-1**

*O padrão linguístico-gramatical, bem como o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma maneira, o conteúdo e teor de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.*

## APRESENTAÇÃO

Este ebook intitulado “*Ciências Humanas, Linguagens, Arte e Teatro*”, tem por finalidades abarcar domínios relevantes para o pesquisa acadêmica e apresentar conhecimentos limítrofes que podem contribuir para o enriquecimento de futuras propostas de pesquisa transdisciplinares. Nesse sentido, percebe-se que essas áreas estão sendo atualmente alvo de ataques em curso, de um projeto de esvaziamento de objetos de pesquisa que transitem por esses caminhos, seja através de cortes em fomentos de pesquisa, censura e patrulhamento ideológico, no intuito de cerceamento das liberdades individuais e de expressão intelectual.

Por isso, as várias investigações que se apresentam nesse ebook tem a tentativa de fortalecimento acadêmico de esforços de pesquisa que buscam de forma similar abarcar uma ampliada rede de objetos de pesquisa que trazem suas singularidades e contribuem de forma decisiva para o avanço da ciência em nosso país. O primeiro artigo intitulado “*O Rio de Janeiro através da lente ficcional de Nelson Rodrigues*”, de Leandro Antônio dos Santos, transmite as representações de Nelson Rodrigues sobre a cidade do Rio de Janeiro, sobre a força de sua ficção que potencializou o debate em torno do imaginário social vigente e do clima de sociabilidades experimentados pelos seus personagens no universo da cidade em transformação.

O artigo intitulado: “*A realidade do sistema prisional em Goiás e os desafios para a administração pública*”, de Taine Pires Duarte, aborda a atual situação emergencial dos presídios no Estado de Goiás, não deixando de lado as problemáticas nacionais que afetam de forma contundente a manutenção dessa estruturas e de suas capacidades de “regeneração” dos cidadãos. O artigo intitulado “*Contribuições do teatro de rua para o Ensino de História*”, de Antonio Juscelino Barbosa dos Santos, aponta para a necessidade de se pensar as contribuições do teatro de rua enriquecendo o Ensino de História, despertando o gosto pela

arte e a sensibilização do educando para a recepção crítica de peças teatrais e na ampliação do universo cultural e repertório artístico essencial para a sua concepção de mundo.

Finalizando o ebook temos o artigo intitulado: “*Como vai?: conversação e suas interfaces*”, enriquecendo os estudos em torno da análise da conversação dentro da área da Linguística, tendo como foco o contexto de sala de aula e na relação estabelecida entre professor e aluno por meio da interação conversacional com o objetivo de perceber o papel da linguagem na construção das relações humanas. Por isso, só nos restam agradecer o apoio da *Arco Editores* pela oportunidade de publicação dessa obra e recomendarmos fortemente a leitura.

***A todos, uma ótima leitura!***

Leandro Antônio dos Santos

Taine Pires Duarte

Ranna Iara de Pinho Chaves Almeida

Organizadores deste e-book.

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1**

**O RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA LENTE FICCIONAL DE NELSON RODRIGUES.....8**

*Leandro Antônio dos Santos*

*doi: 10.48209/978-65-89949-54-2*

## **CAPÍTULO 2**

**A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL EM GOIÁS E OS DESAFIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....20**

*Taine Pires Duarte*

*doi: 10.48209/978-65-89949-54-3*

## **CAPÍTULO 3**

**CONTRIBUIÇÕES DO TEATRO DE RUA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....44**

*Antonio Juscelino Barbosa dos Santos*

*doi: 10.48209/978-65-89949-54-4*

## **CAPÍTULO 4**

**COMO VAI?: CONVERSAÇÃO E SUAS INTERFACES.....62**

*Laercio Fernandes dos Santos*

*doi: 10.48209/978-65-89949-54-5*

**SOBRE OS ORGANIZADORES.....72**

**SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....75**

# CAPÍTULO 1

## **O RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA LENTE FICCIONAL DE NELSON RODRIGUES**

*Leandro Antônio dos Santos*



**Resumo:** Provavelmente os dramas familiares de Nelson Rodrigues não teriam a mesma força ou talvez sejam menos conhecidos caso a ambiência não fosse a cidade do Rio de Janeiro. Isso se deve a interação social de duas partes distintas da cidade (a zona norte e a zona sul), com regras de vida diferentes e que na dramaturgia, textos jornalísticos e contos se fundem em um grande cosmos dando margem ao proibido, o desejo, a revolução comportamental e a nostalgia de um passado em decomposição. Quando olhamos para os fatos marcantes que vivenciou na cidade, ao adentrar em seus temas e entender a amálgama entre obra e vida, entre cidade e contexto, lugares e experiência urbana, sentimento de passado vivido, temporalidade e presentificação da memória, percebe-se a vida pulsante que transborda em seus textos. A função da escrita rodriguiana está em colocar à prova os sujeitos, expor as suas inconformidades perante a sociedade, revelar os silêncios, perceber os pontos fracos e enaltecer os valores românticos em decomposição, tão caros ao escritor brasileiro. Por trás da sua narrativa ficcional, mas realista ao mesmo tempo, se encontra o pano de fundo inconfundível que delinea a sua produção, seja ela no campo jornalístico ou teatral: a cidade. A cidade do Rio de Janeiro deixou marcas profundas e de grande fulcro em sua escrita, conferindo a ela destaque e abrangência nos locais de maior circulação de pessoas. Da região da zona norte até a zona sul, a cidade foi cenário para a passagem das personagens, sejam a trabalho, lazer, diversão ou encontros amorosos. Nessa busca de entendimento da vida moderna, o comum para Nelson Rodrigues se tornam detalhes que escapam ao banal, sua carreira enquanto escritor fez da cidade o motor da História, o combustível de suas representações, pois é nela que sua narrativa se manifesta e ganha corporeidade, suas personagens são idealizadas no movimento urbano, oriundas do meio da multidão, e por meio do texto ficcional do escritor ganha espaço. Sua escrita dá voz a sujeitos anônimos, ou por ora inconformados com as estruturas vigentes, como: o casamento, a virgindade, a honra e o moralismo.

**Palavras-chave:** sujeitos anônimos; Rio de Janeiro; narrativa ficcional.

***Toda família tem um momento em que começa a apodrecer. Pode ser a família mais decente, mais digna do mundo. Lá um dia aparece um tio pederasta, uma irmã lésbica, um pai ladrão, um cunhado louco. Tudo ao mesmo tempo. (Nelson Rodrigues).***

Provavelmente os dramas familiares de Nelson Rodrigues não teriam a mesma força ou talvez sejam menos conhecidos caso a ambiência não fosse a cidade do Rio de Janeiro. Isso se deve a interação social de duas partes distintas da cidade, com regras de vida diferentes e que na dramaturgia e contos se fundem em um grande cosmos dando margem ao proibido, o desejo e a revolução comportamental.

Quando olhamos para os fatos marcantes que vivenciou na cidade, fica mais coerente para adentrar em seus temas e entender a amalgama entre obra e vida, entre cidade e contexto, lugares e experiência urbana, sentimento de passado vivido, temporalidade e presentificação da memória, que transborda em seus textos. Depois de dois anos passados de sua chegada na cidade:

Em meados de outubro de 1918, as pessoas começaram a apresentar febre súbita e altíssima e a cair mortas, como moscas, aos magotes. Era a “Espanhola”, a gripe que vinha da Europa pelos navios que atracavam nos portos brasileiros. Dizia-se que a causa eram os mortos insepultos da Europa na recém-finda guerra mundial. Foi uma devastação. Num Rio de Janeiro de 1.109.000 habitantes e quebrados em 1918, morreram quinze mil pessoas nos quinze últimos dias de outubro - mil por dia, se a matemática não falha. (Em termos de 1992, para uma população de 5.300.000 apenas na cidade do Rio de Janeiro, excluído o Grande Rio, seria como se hoje morressem setenta mil pessoas - perto de 4700 por dia!) E o Rio de 1918 não tinha apenas menos gente. Era também muito menor, com a população se concentrando na Zona Norte, onde morava o pessoal de Nelson, e no Centro. Uma família com um doente podia infectar com um espirro toda a família ao lado. O elenco inteiro de uma revista da praça Tiradentes foi dizimado em três dias. Repórteres que cobriam o cais do porto e tinham de entrar nos navios já voltavam para as redações com quarenta graus de febre. Os médicos não sabiam como tratar a “Espanhola” e receitavam comprimidos de quinino, chá de folhas de pitangueira e caldo de galinha sem sal. Os mais irresponsáveis sugeriam cachaça com limão. Não que o Brasil não estivesse avisado. Aquela mesma gripe estava matando três milhões de pessoas na Europa e iria matar quinze milhões na Índia até o fim do ano. O vírus chegara ao Rio e se sentira em casa. Às vezes, numa curva do caminhão, um corpo caía da caçamba e era apanhado e atirado de volta, sem a menor consideração. Quando os carroceiros descobriam alguém dado como morto e ainda estrebuchando na pilha, acabavam de matá-lo com as costas das pás. Uma pessoa viva, nessas condições, era uma ameaça. Num morro dos fundos do Cemitério do Caju, voluntários e presidiários abriam valas comuns, onde eram despejados centenas de cadáveres de cada vez. Os próprios coveiros começaram a morrer e ninguém mais queria

desempenhar esta função. E, quanto mais cadáveres acumulados, mais a situação piorava. Ninguém chorava ninguém - não havia tempo. [...] Raríssimas famílias da Aldeia Campista não tiveram um morto pelo qual vestir luto. Os Rodrigues foram uma delas, mas por muito pouco: Augustinho teve a gripe e só se salvou pela sua formidável resistência de bebê - tinha menos de seis meses (CASTRO, 1992, p.13).

Quando olhamos para esse ciclo trágico que a gripe Espanhola de 1918 resultou para a cidade, percebe-se ainda os acontecimentos na fase infantil de Nelson Rodrigues. Logo foram muitos casos de óbito na cidade o que atingiu diretamente a mentalidade do dramaturgo, ao perceber tantas mortes ocorrendo, seu imaginário como escritor acaba por incorporar o tema da morte e naturalizar em sua narrativa. A grande reviravolta desse triste momento para a cidade foi o carnaval de 1919, que se tornou um evento marcante para a cidade após ter sido alvo da alta mortalidade da população. Então “foi numa dessas que Nelson, aos sete anos, viu a odalisca loura do umbigo de fora [...] Aquele umbigo pareceu a Nelson, como ele contaria depois, a vingança de toda uma cidade contra o pesadelo da “Espanhola” (CASTRO, 1992, pp.13-14).

O concurso de redação que Nelson Rodrigues realizou com temática voltada para o adultério sintetiza desde cedo as preocupações do escritor com os dilemas da vida que passava em sua volta:

Aos oito anos, no segundo ano primário, aconteceu a história que depois se tornaria uma de suas favoritas: a do concurso de redação na classe. Um dia, dona Amália anunciou que, em vez de escrever sobre imagens que ela lhes mostrava (geralmente gravuras de animais domésticos, como vacas ou pintos), cada aluno iria discorrer sobre o tema que quisesse. A melhor redação seria lida em voz alta na classe. As composições foram escritas e entregues no mesmo turno de aula (CASTRO, 1992, p.26).

Em 1929 ocorre o grande fato que repercutiu de forma profunda em toda a concepção narrativa de Nelson Rodrigues. Essa constatação fica explícita na fala do dramaturgo que imprime uma rotina trágica e por vezes fúnebres em suas peças, advindo desse lamento que alterou sua visão de homem/mulher e sociedade.

Nelson viu e ouviu aquilo tudo. Em seus dezessete anos e quatro meses, era a primeira cena de violência brutal que presenciava. Mais tarde ele diria que não teve, naquele momento, nenhum ódio pela assassina. Só queria ajudar Roberto, que gemia alto, fundo e grosso, a intervalos curtos. Mas Roberto não queria ajuda, não queria que o movessem. Os médicos diriam depois que a bala perfurara o seu estômago, varando a espinha e encravando-se na medula. Qualquer movimento provocava dor desesperadora [...] Ninguém conseguirá penetrar no teatro de Nelson Rodrigues sem entender a tragédia provocada pela morte de Roberto (CASTRO, 1992, pp.88-92).

O maior auge de sua carreira está associada a tendência em buscas, na cidade, da sua maior inspiração, referindo-se aquilo de mais perto que o preocupava e estava dentro dos lares cariocas, os amores proibidos, os desejos desenfreados, as paixões, tudo aquilo que dizia respeito a família como “inferno” social para os personagens que estavam no interior dela. Seu teatro inicialmente povoou essa perseguição por temas escondidos, escamoteados pelo olhar vigilante. Depois de um longo percurso marcado pelo reconhecimento interior do sujeito, Nelson Rodrigues inova radicalmente ao buscar na cidade pelo “lado de fora”, ou seja, nas ruas, inspiração para a coluna diária escrita no jornal *Última Hora*, intitulada de forma muito coerente ao que pensava sobre os rumores do espaço público: *A vida como ela é...*

Essas histórias marcaram de forma determinante, a habilidade de Nelson Rodrigues em sondar uma cultura que cintilava alterações profundas em seu meio e seu método metuculoso de análise, permitia encontrar tudo que via e sentia, como sendo pertencente aquele mundo fugidio e metamórfico, realidades diferentes se misturavam em busca do amor romântico.

Os jornais precisam ter o sotaque de suas cidades e Nelson não demoraria a abrir os olhos para o filão da ambiência carioca. No que teve o estalo, povoou as 130 linhas diárias de “A vida como ela é...” com um fascinante elenco de jovens desempregados, comerciários e “barnabés”, tendo como cenários a Zona Norte, onde eles viviam; o Centro, onde trabalhavam; e, esporadicamente, a Zona Sul, aonde só iam para prevaricar. Na cabeça desses personagens - garantida a virgindade e a fidelidade de suas mulheres ou namoradas -, as mulheres ou namoradas dos outros eram para ser desejadas sem contemplação. O conflito se dava porque, debaixo de toda a culpa e repressão, as moças tinham vontade

própria e também desejavam os homens que não deviam desejar. E, com isso, todos eles, homens e mulheres, viviam num estado de permanente excitação erótica. As pessoas não gostavam de admitir e preferiam chamá-lo de “tarado”, mas Nelson estava sendo estritamente realista em seu tempo. No Rio em que se passam as histórias de “A vida como ela é...” - o dos anos 50, quando elas foram escritas -, não havia motéis, nem a pílula e nem a atual liberdade absoluta entre os jovens. A Zona Norte, quase sem comunicações com a paradisíaca e permissiva Zona Sul, ainda preservava valores contemporâneos da “Espanhola”. As famílias eram rigorosas e, o que é pior, muito mais famílias moravam juntas do que hoje. Maridos, cunhadas, sogras, tias e primas cruzavam-se dia e noite nos corredores dos casarões, sob uma capa de máximo respeito. Nessa convivência compulsória e sufocante, o desejo era apenas uma faísca inevitável (CASTRO, 1992, p.237).

Nota-se que Nelson Rodrigues, pela força de seu teatro, muda seus planos estilísticos enquanto dramaturgo e migra para o jornalismo impresso, não esquecendo os seus temas utilizados nas peças, mas conferido uma carga de cor local, fez com que a família fosse dar um passeio na cidade, percebendo os mundos distintos estavam a sua frente, bastava descobrir e perceber que os espaços eram classistas, ou seja, morar na zona norte era costume mais tradicional em relação a permissiva zona sul. Então, a família descobre a cidade e suas infinidades sociabilidades a ela inerentes.

O ganho de tudo isso como resultado foi a sua popularidade, o desabrochar de um teatrólogo polêmico e comprometedor para o jornalista do povo, da massa, daquilo que estava a olho nu pela cidade e passava por modernizações em vários setores.

Era, sob todos os aspectos, um cerco muito violento [o feito de Nelson], que justificaria uma revisão dos processos e propósitos. Mas penso que seja uma capitulação a passagem das peças míticas, cheias de intuições poéticas e vanguardistas, ao realismo das tragédias cariocas. Na lógica interna de sua criação, o dramaturgo já havia rasgado o subconsciente e sondado as raízes inconscientes. Ele cumpriu por inteiro, a viagem interior. Estava na hora de retomar o caminho de volta, reencontrando a realidade mostrada pela revelação do Outro (MAGALDI, 1993, p.67).

A função da escrita rodriguiana está em colocar à prova os sujeitos, expor as suas inconformidades perante a sociedade, revelar os silêncios, perceber os

pontos fracos e enaltecer os valores românticos em decomposição, tão caros ao maior dramaturgo brasileiro. Por trás da sua narrativa ficcional, mas realista ao mesmo tempo, se encontra o pano de fundo inconfundível que delinea a produção seja ela no campo jornalístico ou teatral: a *cidade*.

A cidade do Rio de Janeiro deixou marcas profundas e de grande fulcro em sua escrita, conferindo a ela destaque e abrangência nos locais de maior circulação de pessoas. Da região da zona norte até a zona sul, a cidade foi cenário para a passagem das personagens, sejam a trabalho, lazer, diversão ou encontros amorosos:

O Rio de Janeiro é o lócus enunciativo da obra de Nelson Rodrigues. Seja como jornalista, cronista ou dramaturgo, a ligação do autor com a cidade maravilhosa é visceral. Pelos seus textos, funcionários públicos, prostitutas, pais e mães de família, bicheiros, normalistas e muitos outros cruzam a antiga capital da República de norte a sul. No movimento pendular entre o fictício e o real, se juntam fatos e personagens da história, da política, da cultura e da sociedade carioca e brasileira. (TÓFOLI, 2012, p.1).

Nelson Rodrigues recria, a seu modo, a sua visão romântica da sociedade carioca, ligando sujeitos oriundos de camadas sociais diferentes a espaços distintos da cidade, formando uma miscelânea de valores em sua escrita, que por vezes chocam-se, e deixam revelar as sutilezas comportamentais de seu tempo.

Nelson Rodrigues nasceu em 1912. Formou-se intelectual e culturalmente nos valores familiares e políticos da *belle époque*, que confiavam na possibilidade de inclusão de todos os indivíduos no espaço público via Estado, o que definiu e ainda define os parâmetros do que é ser uma nação “moderna”, apesar dos diferentes matizes que o conceito possa ter adquirido. No entanto, ele começou a escrever as suas peças nos anos 1940, quando essa visão de “moderno” não se mostrava mais do que uma ideologia de um Estado-Providência positivista, contraditoriamente conservador e liberal, distante da realidade concreta. O dramaturgo, porém, não se prendeu a uma crítica ao passado: escancarou que a nova visão de “moderno” da sua época também havia claudicado, pois era fruto de um individualismo em que os próprios sujeitos estariam “desgovernados” (sem Estado) na busca de satisfação dos seus desejos e necessidades pessoais (GODOY, 2012, p.23).

Nessa busca do moderno o comum para Nelson Rodrigues se tornam *detalhes* que escapam aos olhares do banal, sua carreira enquanto escritor fez da

cidade o motor da história, o combustível de suas representações, pois é nela que sua literatura se manifesta e ganha corporeidade, suas personagens são idealizadas no movimento urbano, oriundos do meio da multidão e por meio do texto ficcional do escritor ganha espaço. Sua escrita dá voz a *sujeitos anônimos*, ou por ora inconformados com as estruturas vigentes: o casamento, a virgindade, a honra e o moralismo. Em “*A vida dos homens infames*” Michel Foucault observa que o pensador ao analisar a documentação sobre a qual estava se debruçando em uma de suas pesquisas, pondera que, na sua perspectiva, está se configurava como:

[...] uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos [...] a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram. Vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos. estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário (FOUCAULT, 2003, p. 203-222).

Interessante como o olhar metodológico de Michel Foucault nos ajuda a atemo-nos para as fontes documentais com a sutileza de detalhes que se quer extrair do que pode ser banal das “vidas singulares” juntando todas essas vidas soma-se a um grande quebra cabeças em que se visualiza fragmentos da cultura.

Possivelmente, sem a presença dos lugares da cidade carioca na obra de Nelson Rodrigues, é hipotético dizer que a mesma ganharia outros contornos, pois sua narrativa ganha sentido e se faz presente pensando os dilemas vivenciados pelos habitantes que estavam sendo influenciados pela modernização, que era comum na cidade.

A cidade vem à tona na narrativa de Nelson Rodrigues através do exercício do *ato de lembrar*, da sua experiência como sujeito que vivencia os costumes de seus moradores. A relação de sua escrita com a cidade se confunde com sua percepção das memórias da infância e juventude, muito atento a realidade a sua volta, ele absorve o que é de mais característico da cultura local, fazendo o papel

de memorialista no presente em que se enuncia seu discurso. A visão apurada dos tipos sociais, da linguagem, das ruas, pontos principais de passagem e encontro das pessoas, configura sua escrita como depositária de sentimentos, afetos e sensibilidades, que o próprio Nelson Rodrigues viveu na metrópole carioca.

Um singelo menino, criado no perfume da maresia, cheiro esse que lhe traria à memória uma distante infância. Adolescente que abandonou a escola no segundo ano ginasial a fim de trabalhar como repórter da editoria de polícia do jornal de seu pai. Dramaturgo temido e polêmico que precisava acordar de madrugada para aplacar a úlcera com “papinhas” feitas pela mulher Elza (uma doce pessoa, embora trouxesse consigo um jeitão de desconfiada). Multifacetado, sempre angustiado, algumas vezes pobre, triste, denso, polêmico, um homem no limite de si mesmo, dentro e fora de si (XAVIER, 2005, p. 10).

A *memória afetiva* de Nelson Rodrigues se concretiza em sua *visão romântica* do subúrbio carioca, lugar esse onde morou e sentiu os costumes da vizinhança, as maneiras de se deparar com os problemas da vida, e principalmente, nas formas de encarar as relações amorosas, o casamento, os padrões de conduta. A Zona Norte tornou-se a sua grande inspiração para compor as suas personagens e delinear a sua identidade enquanto escritor.

Identificar a relevância da cidade do Rio de Janeiro na produção dramática de Nelson Rodrigues implica considerar que, no cerne de seu teatro, está o indivíduo em eterno conflito com os espaços (tanto materiais como institucionais) nos quais ele atua. Nesse sentido, poder-se-ia pensar, a princípio, que a cidade é o último estágio da progressão desses espaços de atuação dos personagens, que vão desde a análise psicológica do sujeito que se relaciona consigo mesmo, passando pelas relações interpessoais, familiares até o choque do personagem com o universo da rua. A especificidade do espaço urbano carioca coexiste nos personagens rodriguianos em todas essas dimensões. E o faz de modo tão intenso a ponto de surgir uma relativa dificuldade de se imaginar as histórias e os diálogos do dramaturgo acontecendo em qualquer outra cidade do mundo sem que se perca algo de sua essência estética (LIMA, 2016, p. 2).

A essência de suas personagens traz consigo o *imaginário* urbano do transcurso do século XX, funde-se a percepção ficcional do escritor com a realidade emanada das ruas, sem os espaços da cidade na obra rodriguiana, a mes-



ma não teria a densidade social e cultural que acompanha a sua visão de mundo e faz dela um espaço de coerência com a realidade apresentada.

Nelson Rodrigues têm o cuidado de manter em sua obra a ambientação urbana, que é o grande mote dos conflitos, através do trânsito de sujeitos de diferentes classes sociais, estilos de vida, de visões de mundo dependendo da região da cidade de onde moram. Esse olhar faz do escritor um atento leitor social da sociedade carioca, percebendo as sutilezas da vida urbana em transição, onde a tradição, e a modernidade se entrecruzam no relato ficcional.

O grande fio de atração de leitores por essas histórias era, principalmente, a forma como o autor abordava as tensões que envolviam a presença das mulheres no espaço público. Difícil de ser controlado no cotidiano das grandes cidades, o comportamento das mulheres tornara-se uma questão de confiança na honradez e no autocontrole. Na década de 1950, a tensão que existia sobre controle da sexualidade feminina estava associada ao incipiente trabalho fora de casa (no meio urbano) das mulheres da classe média, a seu progressivo avanço educacional, aos modernos namoros longe dos pais e às possibilidades de encontros furtivos que as cidades proporcionavam (ZECHILINSK, 2007, p. 408).

A cidade é o espaço por excelência da criação literária do escritor, onde materializa a sua imaginação permeando entre o suburbano, o centro e a zona norte, realidades sociais diferentes no ponto de vista de dar sentido a sua escrita e aos personagens que circundam esses espaços. Na visão romântica do escritor as realidades se fundem, se misturam, instigando a presença do real somando ao fictício.

Existe em sua obra como um todo um esforço em perceber o movimento urbano como sendo subjacente a participação das personagens nas peças teatrais. Sendo espaços de revelação de situações que irrompem e merecem a atenção do leitor, ao verificar a polarização dos costumes, evidenciando o diferente, o inabitual, aquilo que foge ao controle de suas personagens e são causa de situações limite em sua narrativa, essas situações que fogem à normalidade existem na medida em que a cidade se transforma, como um organismo vivo, pulsa e transforma as suas personagens em perfis sociais distintos, ou seja o

local por onde se vive, se transita, ou mesmo se trabalha, determina a formação do sujeito social. Por isso sua obra é um retrato claro e nítido da sociedade carioca, nos seus tipos sociais, vivências, experiências e formas de estar na urbe pulsante enquanto espaço vivo de transformações que afetam decisivamente a sua narrativa. Ao tratar do momento histórico vivenciado em sua chegada ao Rio de Janeiro, impregnado pelos valores da *belle époque* tudo se transformou em um misto de:

Vertigem e aceleração. Esta seria, sem dúvida, a sensação mais forte experimentada pelos homens e mulheres que viviam e circulavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Ainda que de forma menos contundente, o mesmo sentimento estaria presente nas principais cidades brasileiras, que, tal como a cidade-capital, cresciam como nunca, tornavam-se complexas suas funções e recebiam levas de imigrantes europeus que atravessavam o Atlântico em busca do sonho de fazer a América. Tudo parecia mudar num ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideais e práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 15).

Entende-se que a memória social do dramaturgo está presente de forma visceral em sua escrita, permeando de forma indireta no seu discurso, compondo a sua visão emblemática da vida, resultando em uma escrita como fragmentos segmentados de sua biografia.

## **REFERÊNCIAS**

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GODOY, Alexandre Pianelli. *Nelson Rodrigues: o fracasso do moderno no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. SOUZA, Lucas Soares. Cidade, dramaturgia e patrimônio. A memória de bairros cariocas pela pena de Nelson Rodrigues. Entre o local e o global: Anais do XVIII Encontro de História da ANPUH- Rio, UFRJ, 2016. p. 2. Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471624827\\_ARQUIVO\\_EvelynF.W.LIMA&LucasSOARES\\_Texto-Completo\\_ANPUHRJ.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471624827_ARQUIVO_EvelynF.W.LIMA&LucasSOARES_Texto-Completo_ANPUHRJ.pdf)>. Acesso em: 09 de Nov. de 2019.

MAGALDI, Sábato. *Nelson Rodrigues*, Teatro Completo. Volume Único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.

TÓFOLI, Luciene. O Rio de Janeiro nas crônicas de Nelson Rodrigues: a metrópole e o homem fragmentado. Anais do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura VI – Disciplina, Cânone: Continuidades & Rupturas, realizado entre 28 e 31 de maio de 2012 pelo PPG Letras: Estudos Literários, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012.p.1. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/darandina/files/2012/09/Comunica%C3%A7%C3%A3o.Darandina.Simp%C3%B3sio.2012.pdf>>. Acesso em: 09 de Nov. de 2019.

XAVIER, Rodrigues Alexandre de Carvalho. O Rio como ele é... Nelson Rodrigues: sensação e percepção. Dissertação (Mestrado em História da Cultura). Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=6710@1>>. Acesso em: 07 de Jan. de 2020.

ZECHILINSKI, Beatriz Polidori. A vida como ela é... : imagens do casamento e do amor em Nelson Rodrigues. *Cadernos Pagu*, v. 29, p. 399-428, jul. dez. 2007. p. 408. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200016&script=sci_arttext)>. Acesso em: 22 de Jan. de 2020.



10.48209/978-65-89949-54-3

# CAPÍTULO 2

## **A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL EM GOIÁS E OS DESAFIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

*Taine Pires Duarte*

**RESUMO:** Esta pesquisa buscou compreender o problema enfrentado pelo Brasil e especialmente Goiás, quando se trata de pensar sobre como se encontra o sistema prisional e seus dilemas reais de manutenção. Nesse sentido o artigo trata da realidade brasileira e com uma especial atenção para os problemas enfrentados pelo Estado de Goiás, no que tange o sistema prisional e se tornando um desafio em potencial para a administração pública. O que se percebe na atualidade e que o poder público não consegue resolver os problemas relacionados à segurança pública com o verdadeiro êxito esperado pela população que espera da área da segurança pública medidas enérgicas que combatam o crime organizado de dentro das prisões. A pesquisa problematiza essa questão associada à responsabilidade dos poderes públicos em organizar medidas eficazes para o setor, e que façam sentido para a população que se sente ameaçada e com os seus direitos violados. A metodologia utilizada foi através de pesquisa bibliográfica, pesquisas de notícias nacionais e estaduais afim de revelar o quadro de “crise” do sistema prisional e dos problemas enfrentados nos presídios, como uso de drogas, celulares, facções, corrupção de agentes. Verificou-se que os problemas enfrentados pelo Estado de Goiás são os mesmos da realidade prisional do resto do país e que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados pela administração pública.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional; Gestão Pública; Segurança Pública; Goiás.

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa tem por princípio perseguir uma das temáticas mais polêmicas na atualidade, que consiste em investigar os problemas enfrentados pelo setor penitenciário no Brasil, especialmente se tratando do Estado de Goiás como foco dessa pesquisa. Sabe-se que são inúmeros os desafios enfrentados pelo sistema prisional goiano e que precisa cada vez mais de uma atenção especial da administração pública atuando de forma a garantir a melhoria da capacidade das prisões de reeducar os sujeitos que estão dentro dela.

As prisões são o espaço onde aqueles que cometem algum tipo de delito são alocados visando o cumprimento das suas penas. Mas percebe-se que existem limites que geram ainda um problema maior, a permanência dos sujeitos considerados “criminosos” não garante a superação dos problemas, mas a

sua intensificação, que gera ainda mais violência e preocupação pela sociedade.

Nesse sentido:

A prisão é o cerceamento da liberdade de locomoção, é o encarceramento. Pode advir de decisão condenatória transitada em julgado, que é a chamada prisão pena, regulada pelo Código Penal, com o respectivo sistema de cumprimento, que é verdadeira prisão satisfativa, em resposta estatal ao delito ocorrido, tendo por título a decisão judicial definitiva (TAVORÁ;ALENCAR, 2016, p.515).

Destarte, a administração pública precisa criar mecanismos que gerem a reeducação dos detentos das prisões para não serem considerados sujeitos excluídos da sociedade. Buscar perceber como as prisões têm sido projetadas e pensadas no Brasil. e na maneira como a administração pública encara o seu funcionamento e investe nesse setor.

A problemática da segurança pública é um dos temas mais polêmicos que podem ser visualizados pelas autoridades de ambos os poderes, e requer políticas amplas de assistência e investimentos básicos para a manutenção e equilíbrio do sistema prisional que hoje é um dos maiores problemas sociais enfrentados pela sociedade brasileira.

Por isso, se torna importante o aprofundamento da discussão sobre esse tema por toda a sociedade, para que busque formas e maneiras de criação de medidas que visem à melhoria do sistema, e que possa contribuir não para a repressão e isolamento do indivíduo, mas para a integração da pessoa que cometeu crime na sociedade, e que este, por sua vez, possa receber auxílio no tocante à educação e capacitação profissional, que possibilite a ele, a inserção na sociedade de forma mais justa e inclusiva, pois quem comete crimes na sociedade é aquele que se torna vítima do sistema, que impõe exclusões, segregações, preconceitos, falta de oportunidades e acesso à educação de qualidade o que acaba por incitar comportamentos que são tomados como inadequados e a facilidade do acesso ao universo do crime.

Em Goiás, como em todos os Estados do Brasil, os desafios enfrentados são inúmeros e ameaçam cada vez mais a área da segurança pública. No artigo

intitulado “A crise no sistema prisional de Goiás” de Lucas Gabriel Alves de Oliveira e Danilo Victor Nunes Souza, destacam os autores que o sistema em toda a sua complexidade já se encontra falido, e sofrendo como o excesso de lotação nas selas, cabendo à administração pública buscar soluções emergenciais, e de longo prazo para a resolução de problemas no setor. Na perspectiva dos autores supracitados são unânimes em pensar que:

É quase que insustentável a situação dos presídios goianos, as condições são desumanas a têm a única finalidade de privar o indivíduo da liberdade, não existe hoje, no Brasil como um todo, nenhum compromisso de reintegrar estes indivíduos à sociedade (OLIVEIRA; SOUZA, 2018, p. 2).

No estudo dissertativo de Ruth do Prado Cabral defendido na Universidade Federal de Goiás aponta para os mesmos dilemas enfrentados nas prisões do Estado, a ausência, ou mesmo fraco impacto de medidas socioeducativas que permitam uma ressocialização do detento, se tornando um enorme problema para a administração pública. De forma geral, trata-se de perceber que “o estado de Goiás não tem conseguido efetivar os direitos básicos, que poderiam ser eficazes na luta contra a reincidência criminal” (CABRAL, 2014, p.14).

Outra contribuição para a pesquisa é de Eudes Paulo dos Santos e Wesley Frederico no artigo intitulado “O sistema carcerário em Goiás e a Lei de Execução Penal” no qual aponta que o sistema penitenciário goiano tem enfrentado problemas delicados se tratando do dilema de superlotação, e também no processo de ressocialização, e para comprometer mais ainda a conjuntura ainda temos os problemas advindos da criação de políticas públicas ineficientes. Por isso afirmam que:

O tema traz em si uma preocupação não somente em mostrar os estabelecimentos onde são aprisionados pessoas que cometem delitos, mas também da situação precária do sistema, o que faz com que a população carcerária aumente cada vez mais devido as más condições físicas e estruturais do sistema penitenciário brasileiro (SANTOS; FREDERICO, 2018, p. 5).

O tema se faz importante no atual contexto em que vivemos pelo intenso debate em nossa sociedade e problemática que o sistema penitenciário envolve quando se trata na sua eficiência e capacidade de reintegração dos indivíduos na sociedade. Faz-se necessária a discussão sobre essa temática, pois está se tornando um grande problema para o Estado manter, controlar e oportunizar a reintegração da pessoa no mundo social e dos desafios enfrentados pela administração pública.

Pretende-se com a pesquisa em questão tratar de um assunto extremamente relevante e polêmico na atualidade, quando se trata de perceber os desafios enfrentados pelo sistema prisional goiano e o papel da administração pública nesse processo. O poder público precisa cada vez mais tomar conhecimento das pesquisas acadêmicas que são construídas para pensar o campo prisional e extrair delas possíveis soluções de erradicação de problemas estruturais. Este tema se torna muito oportuno ao perceber que a administração pública seja na esfera municipal, estadual e federal sofre dos mesmos problemas conjunturais ao se tratar do sistema prisional, necessitando de uma aplicação de políticas públicas que venham de fato gerar resultados imediatos frente á sociedade. Nesse sentido percebe-se que:

Hoje se faz necessário a mudança na estrutura do sistema prisional desde a arquitetura dos estabelecimentos até a capacitação dos profissionais que atuam neste local, em busca da ocupação do indivíduo privado de liberdade, da melhoria na assistência a saúde, do acompanhamento da reintegração social, do retorno ao mercado de trabalho (RIBEIRO; SILVA, s/a, p. 5 ).

O objetivo geral desta pesquisa está em avançar nos debates acerca da temática do sistema prisional no Estado de Goiás, haja vista que existem poucas pesquisas nesse âmbito, no Portal Capes, no Scielo, e em outras plataformas de pesquisa. Faz-se necessário o debate aprofundado do tema e de soluções para o poder público em todas as esferas da administração pública.



## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui apresentada trata de perceber como se encontra o sistema prisional no Estado de Goiás e de como a administração pública se depara ao perceber que é agente ativo desse processo de organização e manutenção desses espaços. Os desafios são enormes e se fazem presentes todos os dias em várias cidades goianas, onde o índice de criminalidade aumenta, podendo inferir que as prisões não vão bem, carecendo de investimentos por parte do poder público. Trazem-se aqui inúmeros autores para refletir sobre a situação que debatem acerca do sistema prisional como desafio para a administração pública.

A natureza de nosso estudo está centrada em investigar referências bibliográficas a respeito do assunto a ser tratado buscando reflexões teóricas que atendam as preocupações da pesquisa. Analisando artigos, livros, sites de pesquisa que tratam acerca do tema do sistema prisional e sua relação com a administração pública. Para consecução da pesquisa proposta foram coletados dados da legislação, doutrina e jurisprudência. Utilizou-se de livros físicos, online e artigos científicos, que abordam de forma geral ou específica o tema.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **BREVE HISTÓRICO DO SISTEMA PRISIONAL**

O sistema prisional brasileiro surgiu com o dever do Estado de punir o indivíduo que comete atos ilícitos e conseqüentemente passa por um processo de punição para reaver os danos causados, sendo reeducado e ressocializado novamente ao convívio social.

Atualmente as penas sofridas pelo infrator cabem alternativas a prisão de liberdade por restritivas de direito e são com bases em leis para aplicar a pena dosando-se de acordo com diversas circunstâncias entre um mínimo e um máximo delimitados para cada delito, porém antigamente o infrator não tinha opção, ou seja, era com base na lei de talião para aplicar as penas, eram castigos

e sacrifícios realizados de forma desumana para que a punição fosse realizada e o indivíduo pudesse aprender, pois não eram coerentes com a conduta delitiva e a punição que deveria ser aplicada, prevalecendo sempre o interesse do mais forte, fazendo com que a minoria fossem penalizados por quaisquer danos causados.

O código de Hamurabi, com a Lei de Talião, estabeleceu que a pena seria entre a conduta do agente e a punição, pois a disciplina era de ser dente por dente, olho por olho, e de dar a vida pela própria vida, sendo cumpridas as sanções publicamente, e de forma devastadora, sendo através de agressões físicas e a pena de morte.

Pela primeira vez temos no Oriente Próximo um conjunto coerente e harmonioso de leis e prescrições que regulamentam a vida social, política e econômica de um povo, acompanhado dum grande massa de contratos, extratos de contabilidade, cartas, etc. Esse Código é a consequência lógica da necessidade que teve Hamurabi de unificar o mais possível os costumes e os usos tradicionais do seu vasto império, de população heterogênea, composta de semitas em geral, ela mitas, sumerianos, subarianos, gutis, amorritas, cassitas, etc. (PAULA, 1963, p.260).

A origem da prisão teve início na Idade média com o objetivo de punir os monges e clérigos que não cumpriam com as suas obrigações, eles eram recolhidos em celas e ficavam meditando sobre seus erros, buscando o arrependimento feito pelas suas condutas ou omissões, tendo um momento com Deus para reflexão. Segundo estudo “os ingleses pensando nessa ideia pegaram como inspiração e construíram em Londres a primeira prisão destinada ao recolhimento dos criminosos, servindo também de contenção nas civilizações mais antigas” (MACHADO; SOUZA, 2013, p. 202)

Na Idade Média, as punições eram inspiradas pelos Tribunais de Inquisição, formada pelos tribunais da igreja católica, com o objetivo de punir aqueles que não seguiam seus ensinamentos e mandamentos, sendo punidos de forma dolorosa e em praça pública para que todos pudessem acompanhar o seu julgamento e sua punição. Todavia, houve grandes mudanças e progressões na puni-

ção do infrator, pois foi instituído no tribunal inquisitório um processo regularizando e sendo proferidos os julgamentos dos indivíduos o princípio do contraditório, e da ampla defesa, ou seja, todo aquele que era acusado por cometer atos ilícitos tinha o direito de defesa, de contradizer, apresentar provas ao contrário, de lutar pela sua liberdade e não punição diante dos fatos apresentados e questionados por todos ali presentes.

O sistema prisional colocou fim aos absurdos que eram realizados às punições, penas de morte, suplícios, lesões corporais graves com a Revolução Francesa, fazendo grandes mudanças ao direito penal e aos direitos humanos. A Revolução Francesa juntamente com o Iluminismo vieram para repensar todo esse sistema punitivo, pois o índice de criminalidade havia aumentado gerando mais pobreza e violência e conseqüentemente mais mortes. Sendo assim, a aplicação da pena de morte e os suplícios realizados publicamente tornou-se algo insuficiente, o que deveria ser repensado para que houvesse mudança para uma sociedade mais civilizada, pacífica. Surgiu-se então a pena privativa de liberdade, a única modalidade de punição, porém mesmo com todas essas mudanças a sua execução ainda continuou desumana, não com pena de morte, mas pela forma que eles eram tratados e excluídos da sociedade.

O sistema prisional foi pensado para que os infratores cumprissem suas penas como forma de punição pelos atos cometidos e que se tornou um sistema deficiente, sendo um problema nocivo para a sociedade contemporânea que não consegue ver na prisão um espaço de reeducação dos condenados, mas como um “depósito” de delinquentes que ameaçam a sociedade. Portanto devemos fazer uma reflexão e repensar o nosso sistema punitivo, hoje no nosso país temos 3 (três) tipos de penas: privativas de liberdade, restritivas de direito e multas. Os doutrinadores buscam soluções e tem uma enorme preocupação em associar a punição com ressocialização do indivíduo para que ele não se sinta excluído e mantenha uma vida saudável com a coletividade, preservando sua dignidade e integridade física, pois as outras punições usadas antigamente, no início, desde

os suplícios trouxeram apenas pontos negativos fazendo com que o indivíduo não tivesse chance para o arrependimento e mudar aquilo que tinha feito, todos os danos causados à sociedade.

## **DIREITOS HUMANOS DO PRESO E GARANTIAS LEGAIS NA EXECUÇÃO DA PENA**

As garantias legais do preso estão na execução da pena que estão previstas na LEP (Lei de Execução Penal), em alguns incisos do art. 5º da Constituição Federal e no sistema de proteção internacional de Direitos Humanos.

O sistema prisional está longe de ser um sistema de ressocialização com o objetivo de ajudar a sociedade, e até mesmo, o condenado a ter um melhor convívio social reparando os danos causados e repesando a sua conduta realizada, infringindo os direitos dos outros cidadãos e inclusive a sua integridade física. Conforme expresso na investigação da sociedade goiana:

Não é possível que uma sociedade civilizada, vire as costas para um sistema carcerário como o existente no Brasil e no Goiás. Também não é possível que as leis ou a ausência das leis, empurrem para os presídios um número tão elevado de presos e não cumpram sua maior missão que é a de ressocializar o indivíduo [...] Contudo, percebe-se que o sistema carcerário não possui nenhuma condição de fazer os indivíduos mudarem de proceder, são na verdade, grandes depósitos de serem humanos que saem ainda piores, em sua grande maioria, pois não acrescenta nada de positivo na vida dos detentos, apenas mais ódio pelo sistema falido, pois as direções dos presídios, em momento algum, focam nesta meta de ressocialização (OLIVEIRA; NUNES, 2018, p.5).

No Brasil, a lei que regula as garantias na execução dos condenados, referente às questões humanitárias nas penitenciárias, é a LEP (Lei de Execução Penal), que entrou em vigor em 1984, a lei nº 7.210, que em seus Títulos já prevê o objeto e a aplicação da lei, que visa às regras de tratamento dos reeducandos, cumprimento da pena, condições de trabalho, remição, progressão e regressão de regime.

A execução penal tem por finalidade proporcionar condições de união, na integração social do reeducando, não havendo distinção ou exclusão de indivi-

duos por raça, gênero, cor ou até mesmo classe social. Em cada capítulo enumerados nessa lei prevê as suas garantias, assistências, tudo que ampara o condenado e o internado para que eles saibam dos seus direitos e obrigações perante o Estado.

Cogente mencionar também que, os Direitos Humanos vieram para mostrar e assegurar os direitos dos indivíduos e da coletividade estabelecendo obrigações jurídicas concretas aos Estados, para que também defendam os interesses do condenado e que não sofram penalidades extremas fora da nossa realidade e agressões físicas abusivas, prejudicando a sua integridade e dignidade que são princípios amparados pela nossa Constituição Federal.

Vale lembrar que, os direitos humanos também estão dentro da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, estendendo para todos os cidadãos que estão em situações vulneráveis, pois a sua importância é vigiar para que todos possam garantir seus direitos e que ninguém seja lesado ou prejudicado por falta de aplicabilidade e não serem reconhecidos seus direitos.

Analisando o nosso sistema, quando o preso passa a ser responsabilidade exclusiva do Estado, cumprindo sua punição pelos atos praticados, ocorre seriamente a perda de seus direitos. Um deles, e garantido pela Constituição Federal, é assegurar as condições do direito a liberdade, passando a viver de forma desumana quando é preso, pois falta a aplicabilidade da lei e um sistema de ressocialização para que o infrator após o seu arrependimento e a execução da pena cumprida possa voltar de forma civilizada para o convívio social, sem que sejam excluídos pelos erros passados, ou vistos com maus olhos, sendo prejudicados e deixando de viver, trabalhar, ter seu direito de ir e vir, e consequentemente lesado por discriminação.

A importância dos direitos humanos é exatamente essa, para que todos não tenham seus direitos violados e que sejam reconhecidos e amparados independentemente de quem seja. Os conselhos civis são compostos por pessoas da sociedade civil e por representantes do Poder Público. Portanto:

A inocuidade do Estado e a negligência da sociedade em não considerar que o sistema prisional brasileiro tornou-se uma instituição falida e, responsável por gerar mais criminosos, acaba por acarretar em uma maior incidência da criminalidade e, por conseguinte, no agravo da segurança pública nacional. Cabe ressaltar, que em algum momento o detento cumprirá sua pena, ganhará liberdade e estará novamente inserido no convívio social, devido a isso, se não houver um tratamento humanizado, regido pelo o que assegura os direitos humanos, a sociedade voltará a ser penalizada pela reincidência desse indivíduo na criminalidade (FERREIRA, 2018)

Faz-se necessária uma maior participação da sociedade civil na procura de soluções e mecanismos eficazes no combate a criminalidade e na criação de políticas públicas para o setor prisional.

## **A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO NA ATUALIDADE**

Aplicando a discussão proposta na realidade concreta brasileira almeja-se perceber as implicações das problemáticas da prisão na sociedade contemporânea no que tange à sua funcionalidade interna e as medidas de correção do sistema. Partindo dos últimos acontecimentos noticiados a partir da *crise do sistema prisional brasileiro* que está o interesse em entender essa conjuntura que se estabelece no Brasil. Para esclarecer a atualidade deste artigo, citam-se alguns exemplos, como o caso da morte de 56 presos na Rebelião do *Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ)* em Manaus, onde os agentes carcerários foram presos depois de negociações com os líderes da rebelião e autoridades. O motivo central para os acontecimentos esteve na disputa de facções rivais. O fato ocorreu em 2017. (DW BRASIL, 02.01.2017 2017).

Outro caso ocorreu em Roraima na *Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC)* em 2017, onde 33 presos foram mortos, fato que ocorreu em Manaus e depois do anúncio de medidas do Governo Federal em relação à modernização do sistema prisional (G1 RORAIMA, 06/01/2017, 2017). No estado do Rio Grande do Norte também foi alvo de outra rebelião que culminou na morte de 26 presos na *Penitenciária Estadual de Alcaçuz*. (G1 RIO GRANDE DO NORTE,

15/01/2017). No Paraná, ocorreu outro fato na Penitenciária de Piraquara, onde 2 presos morreram e 28 fugiram. (FOLHA DE LONDRINA, 17/01/2017).

Em Santa Catarina, no *Presídio Regional de Lages* ocorreu um motim onde os presos colocaram fogo nos colchões, e em São Paulo no *Instituto Penal Agrícola* na fuga de 200 presos. Todos esses fatos ocorreram no ano de 2017, e são preocupantes, pois a maioria deles foi incentivada a partir de experiências semelhantes. Esses acontecimentos demonstram a intensa fragilidade do nosso modelo carcerário que não promove em sua integralidade a verdadeira ação de reeducar os sujeitos para a sociedade, sendo depósitos de delinquentes. (G1 SANTA CATARINA, 19/01/2017, 2017).

Esses casos esclarecem o nível de calamidade que vivem as prisões pelo Estado de Goiás. A crise do sistema pode ser analisada do ponto de vista macro sistêmico. O número de agentes penitenciários são inferiores ao que seria próximo do ideal. Somada a negligência de ações governamentais que possibilitem uma melhoria estrutural que é fundamental para a execução das penas. Tudo começa na valorização dos profissionais envolvidos. Mas o que ocorre é que:

Os servidores públicos, independentemente da hierarquia funcional, são mal remunerados; não há equipamentos adequados às necessidades do trabalho; não há verbas para pesquisa; não há programas e muito menos apoio para introduzir estagiários que estejam cursando Direito, Medicina, Sociologia, Administração e outras disciplinas relacionadas com as questões do sistema. Esse quadro de carências e de anomia é muito bem ilustrado pelo médico Drauzio Varella, em seu depoimento sobre a vida prisional: “Dificuldades não faltavam. A medicação prescrita percorria complicadas vias burocráticas, e, nas frequentes transferências dos detentos de um pavilhão para outro, perdia-se no caminho. A burocracia era tanta que as internações e altas da enfermaria eram batidas em seis cópias, trazidas para assinar sem papel-carbono. Muitas vezes, como é característico no serviço público, existia fatura de antibióticos e antivirais caríssimos, enquanto faltava aspirina e remédio para sarna”. (DOT-TI, 2003, p.3-4).

Um dos problemas é a falta de investimento no quadro de servidores das prisões, que é um empecilho grave para sua manutenção, tanto no que consiste ao material disponibilizado para ao trabalho, quando na autoridade moral de lidar

com os presos. Como prevê na Constituição de 1988, na separação dos detentos pela natureza dos delitos, que não é praticada nas prisões do Brasil.

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

**XLVIII** - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado (BRASIL, 2016, p. 9).

No que consiste na tarefa da prisão em promover a reeducação e ressocialização dos detentos, o que se vê, é que a mesma não gera cidadãos conscientes de sua ação no mundo e capazes de repensar a sua própria individualidade e cidadania. Nesse sentido está a crítica sobre o sistema prisional como um todo. Nascida com a missão de “regenerar” os indivíduos e torna-los sujeitos capazes de agirem de forma benéfica para a sociedade, o que a instituição faz e aumentar as estatísticas, potencializa a criminalidade e não cumpre o seu papel. Pensando assim Foucault afirma:

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta [...] A prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinquentes perigosos (FOUCAULT, 2014, p. 292-293).

Outra negativa realidade são as doenças que acometem o ambiente das prisões, tendo como origem “o uso de drogas, a falta de higiene e toda a lugubridade da prisão fazem com que o preso que ali adentrou numa condição sadia de lá não saia sem ser acometido de uma doença ou com sua resistência física e saúde fragilizadas” (ASSIS, 2007, p. 75). Não existe um tratamento intenso, e muito menos, a prevenção através de exames de rotina. Os requisitos básicos para a execução da pena são resguardados através de vários documentos internacionais<sup>1</sup> e a “nossa Carta Magna reservou 32 incisos do art. 5º, que trata das garantias fundamentais do cidadão, à proteção das garantias do homem preso. Existem

---

1 Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Resolução da ONU.



ainda em legislação específica – a Lei de Execução Penal – os incisos de I a XV do art. 41” (ASSIS, 2007, p. 2007). Como fica exposta na Lei do Artigo 41, onde o preso deverá ter os seguintes direitos: a alimentação, trabalho e sua remuneração, previdência social, assistência a sua saúde, contato com seu advogado, o exercício de atividades profissionais e diversas, o direito de visita, a igualdade de tratamento, entre outros (BRASIL, 2016, p. 1477).

A reformulação não passa por apenas um fator de crise, mas uma série de fatores que agem em conjunto e são justapostos. Rever a prisão significa observar que não se trata de uma “fábrica de delinquentes”, mas um espaço onde o preso possa estar diretamente sendo revisto a partir de propostas de socialização e reeducação que realmente façam efeitos concisos. As esferas de poder precisam criar ações e propostas que vão de encontro com uma coerente política de reestruturação ampla e em todos os níveis.

Trata-se de repensar a sua trajetória e buscar criar dispositivos que não levem a sujeição e os maus tratos, ou mesmo a indiferença, mas que haja em direção a promover uma readequação que busque atingir na vida dos presos, para que os mesmos não possam ser vistos mais como “animais”, mas que se procure reintegrá-los a partir de práticas saudáveis que leve o seu bem estar e qualificação profissional. Dotar a prisão de ferramentas de inclusão através da educação, além disso, na melhoria dos servidores com a devida capacitação possível e instrumentos de trabalho eficazes, procurando também rever certas liberdades que levam a intensificação de possíveis transtornos.

O governo brasileiro precisa criar medidas efetivas que vão ao encontro com a melhoria das instituições penais, sendo capazes de exercer com rigor e ao mesmo tempo liberdade a sua função social. Cabe ao sistema prisional mudar uma série de posturas que inviabilizam a sua eficácia e encontrar formas que propiciem uma maior integração do preso tanto na vida de reclusão como na posterior liberdade, fornecendo as ferramentas saudáveis e úteis.

A prisão precisa estar na pauta das decisões políticas, ela é um verdadeiro problema social que precisa ser avaliado, pois o problema é de toda uma sociedade que se vê refém daqueles que passam pelo sistema prisional e voltam para a sociedade incapazes de se integrarem de forma positiva, reforçando estereótipos através de casos de reincidências. Numa avaliação sobre o sistema prisional brasileiro conclui-se que:

É notório a muitos que o sistema penitenciário brasileiro tem, nos últimos anos, sido debatido e vem ganhado notoriedade no meio acadêmico. Tem se discutido a sua importância enquanto base de ressocialização, por ser um ambiente distinto de punição onde ficam reclusos todos aqueles que estão em conflito com a lei [...]O sistema prisional do Brasil tem apresentado um grande desgaste com o passar dos anos e nos dias atuais chegou a um ponto precário com número de presos muito maior do que o de vagas, não existindo no país nenhuma unidade prisional, sob os cuidados do Estado, que apresentasse em suas dependências um número de presos inferior ao de vagas e nem sequer um cárcere onde o número de presos fosse igual ao de vagas: todas as instalações superlotadas. O sistema não tem conseguido alcançar sua meta que é o de recuperar e reintegrar o detento à sociedade, os índices de reincidência estão entre os maiores do mundo (ANDRADE; FERREIRA, 2015, p. 118).

Torna-se necessário a criação de políticas que repensem o sistema prisional em toda a sua estrutura e refletir sobre sua capacidade institucional na condução e exercício da justiça. O sistema prisional brasileiro está pedindo socorro e sua reformulação passa pela efetiva melhoria física e profissional dos que trabalham nesses espaços, e na condução da ressocialização dos presos mediante ações que cumpram seu papel de educar para a cidadania e não para o crime.

## **A REALIDADE ATUAL DO SISTEMA PRISIONAL EM GOIÁS**

Em meio a esses fatos na esfera nacional, o Estado de Goiás também vivenciou momentos de tensão em se tratando de rebeliões em seus presídios como o que ocorreu em Aparecida de Goiânia, fato que ocorreu no dia 1 de Janeiro de 2018. A matéria jornalística da Folha de São Paulo ressalta que:

Ao menos nove presos foram mortos e 14 ficaram feridos durante uma rebelião, na tarde desta segunda-feira (1º), na colônia agroindustrial do regime semiaberto do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, na região metropolitana da capital. Pelo menos duas das vítimas foram de-

capitadas. Outros 106 presos fugiram. Desse total, 29 foram recapturados pelas forças de segurança e outros 77 continuam foragidos. Além deles, mais 127 saíram da unidade quando o motim ainda acontecia, mas retornaram ao local após o término do conflito (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Depois de ocorrido o fato, após “cinco dias após o caso, a Justiça Federal em Goiás determinou que presídios do estado tivessem limitação da quantidade de presos, que os detentos mais perigosos fossem transferidos e que fossem feitas obras para garantir condições adequadas ao presídio” (CORREIO BRASILENSE, 21/11/2018). Outro caso foi no presídio de Goiatuba, a 178 quilômetros de Goiânia, o fato aconteceu devido os detentos serem impedidos de receberem drogas e celulares por um homem de fora do presídio. Segundo a matéria jornalística:

Os presos então se rebelaram, quebraram os cadeados da cela e tentaram invadir as celas da Ala do Seguro, segundo a DGAP. Conforme a nota divulgada pela DGAP, os presos colocaram fogo no colchões, sendo necessária a presença do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) para controlar as chamas (DIA ONLINE, 24/12/2018).

Também ocorreram brigas entre detentos em Aparecida de Goiânia, dias após a rebelião no início do ano de 2018. As imagens foram verificadas, mas pelo teor das agressões não puderam serem veiculadas:

Nas imagens é possível ver um homem, identificado como Walisson Ramos de Brito, deitado no chão, apanhando de outros internos. Em um minuto, vários socos e pontapés são desferidos contra a vítima, que não reage. Um dos presos ordena que o jovem não grite. Em outro momento, um homem pergunta se ele “sabe porque está apanhando”. Em meio à sessão de golpes, Walisson responde: “Não sei, não. Me fala”. (CORREIO BRASILENSE, 21/11/2018).

O celular também foi motivo de uma rebelião recente no presídio de Cristalina, a 270 quilômetros de Goiânia, segundo informação “de acordo com a DGAP, o telefone celular foi encontrado durante a revista, momento em que alguns presos começaram a se rebelar e a incentivar outros detentos a fazer o mesmo” (DIA ONLINE, 04/01/2019). Há também a morte de agentes penitenciários

rios, como o que ocorreu em Anápolis no qual “ele foi assassinado a tiros dentro do próprio carro, na cidade de Anápolis, nessa tarde de terça-feira (2). Segundo Maxuell, esse é o segundo agente morto por retaliação ao corte de regalias de presos” (MAIS GOIÁS, 02/01/2018).

É perceptível a crise instalada na realidade do atual sistema prisional em Goiás, estamos vendo diariamente as notícias sobre a calamidade que se encontra e a forma desumana que os detentos estão sendo submetidos a cumprir sua pena. O sistema prisional de Goiás é um mecanismo sem função, esta em uma situação caótica, é necessário olhar para os grandes problemas carcerários e pensar nas soluções, pois os presos são submetidos a situações precárias e desumanas, que muitos morrem antes mesmo de cumprir a pena aplicada, pois vivem em ambientes sujos, superlotados, contribuindo para proliferação de vários vírus e doenças contagiosas. É uma questão muito mais além, envolvendo vários setores principalmente a ordem social. Na conjuntura nacional:

O Brasil possui a 4ª maior população carcerária do mundo, aproximadamente 700 mil presos, ficando atrás somente dos Estados Unidos da América, China e Rússia. O número de presos ascendeu 575,2% desde 1990, caso mantenha esse compasso, em 2030, o país terá 1,9 milhão de adultos enclaustrados, ou seja, para comportar este número de presos, o país precisará construir 5.780 novas unidades prisionais que serão somadas as 1.424 já existentes (MOURA; SOUZA, p. 2018)

Não se pode “virar as costas” para um problema tão grande e que prejudica toda a sociedade como o nosso sistema carcerário existente em Goiás e no Brasil. O índice de criminalidade só tem aumentado, mortes e violências. A finalidade não deve ser apenas punir o infrator ou coloca-lo em um “depósito de delinquentes”, pois ali se aprende mais e “sai doutor de crimes”, surgindo ainda mais violência, ou seja, o objetivo deve ser a mudança de um mundo melhor, fazendo com que após o cumprimento da pena eles se tornem pessoas melhores e voltem ao convívio social sem nenhum problema ou discriminação, podendo voltar a sua vida normalmente e poderem trabalhar.

Concomitantemente devemos perceber que inúmeros são os problemas do sistema prisional em Goiás, não só a superlotação, mas a falta de agentes

penitenciários concursados efetivamente, capacitação profissional, armamentos adequados, aplicabilidade da lei, estrutura física dos presídios de acordo com a capacidade de lotação, alimentação adequada e saudáveis, higiene e limpeza das celas, a divisão de celas pelos crimes ou prisões realizadas e cuidado com a saúde física e psicológica do preso, pensando melhor na ressocialização dele após o cumprimento da pena, sem nenhum prejuízo, fazendo com que se torne pessoa melhor, dando-lhe mais oportunidades e proporcionando trabalho para que sustente a sua família.

O sistema prisional de Goiás é um mecanismo falido, que mantém presos encarcerados sem nenhum critério, neste sentido, alguns elementos são fundamentais para que o mesmo se encontre da forma que está. A nova Lei de Drogas, contribuiu de sobremaneira para o aumento da população carcerária, pois antes o país tinha 47 mil presos por tráfico de drogas. Hoje, com a nova lei, este número chegou a 138 mil, ou um a cada quatro presos. No caso das mulheres presas, 64% delas estão ligadas ao tráfico. O excesso de prisões provisórias também contribuiu para o crescente número desta população, para se ter uma ideia os mais de 600 mil presos no Brasil hoje, cerca de 250 mil, ou 40% do total, são presos provisórios (OLIVEIRA; NUNES, 2018, p.12).

Portanto mesmo que o preso se arrependa dos atos que cometeu e tente levar uma vida social normal após o cumprimento, infelizmente ele não irá conseguir por conta do sistema falho, da descriminalização, por não conseguir emprego, e ser visto com outros olhos dentro da sociedade, passando a viver sob julgamentos de terceiros sem ao menos ter oportunidade, ou seja, o sistema prisional é inútil, e o seu processo de ressocializar e reeducar o indivíduo sempre fracassa.

Os presídios do Estado de Goiás nunca estiveram tão perto da falência como na atualidade, pois possuem problemas que se tornaram gravíssimos quando se trata dos direitos humanos. Principalmente o fato de superlotação nas celas, fazendo com que o ambiente seja propício a infecções e proliferação de epidemias e doenças. Então com isso, acaba acontecendo uma dupla penalização para a pessoa condenada, pois além de cumprir pena pelo delito, ainda está

acometida a uma possível degeneração de seu estado de saúde em um lugar precário sem higienização, má alimentação, dentre outras precariedades.

O sistema carcerário brasileiro possui vagas somente para a metade dos detentos que há no momento, ou seja, estão superlotados fazendo com que haja várias rebeliões em Goiás e no país. Entende-se que:

Pode-se considerar que um dos principais motivos para a superlotação nos presídios, ocorre principalmente porque as políticas públicas agem mais no sentido de punir o criminoso, do que evitar que o crime ocorra. Deste modo, é uma questão que vai muito além do direito pena, são muitas as questões envolvidas, principalmente de ordem social e de educação (OLIVEIRA; NUNES, 2018, p.3).

Por conta da superlotação, a aplicabilidade da lei de execução penal se torna inútil, pois não é cumprida, e os presos são tratados de forma desumana por conta dessa constatação. As celas estão lotadas, não há separação de presos pelo delito cometido ou até mesmo pela prisão estabelecida. A lei 13.167/15 alterou o art 84 da Lei de execução penal, adotando critérios de separação dos presos pela prisão que lhe foi adequada e pelo crime cometido, o que por conta da superlotação e do sistema prisional falho não é cumprida.

Se pararmos para analisar, quantas mortes, crueldades, suicídios, ocorre nas prisões, quantas rebeliões, reivindicações por direitos que não são acolhidos. Celas que comportam apenas 10 presos, e tem 50, ou seja, não tem lugar para essas pessoas ficarem. Sem mencionar frações de dinheiro, celulares conduzidos para os interiores das prisões, como se o presídio fosse um espaço de comércio para compras e vendas, tudo isso devendo ser analisado e questionado pelo legislador e administradores públicos. Novos desafios para administração pública em tentar melhorar e colocar em prática um novo sistema de acolhimento que não pense apenas na punição, mas que o processo de ressocialização seja válido.

Presídios lotados, sem dúvida, é um dos problemas mais difíceis enfrentados atualmente, segundo o Art. 85 da Lei de Execução Penal, diz que deve haver

compatibilidade na estrutura física do presídio com a capacidade de pessoas, sendo assim, este aspecto está sendo violado, mas também vários princípios constitucionais e os direitos humanos. Em um relatório emitido pelo Conselho do Ministério da Justiça aponta que:

Constatamos, pelo excessivo percentual de presos provisórios, que o Estado perpetua a cultura do aprisionamento, produzindo custos financeiros e humanos irreparáveis [...] é imprescindível a adoção de medidas emergenciais objetivando rever a política judiciária de encarceramento, despertando para outras vias, sob pena do atual quadro continuar crescendo vertiginosamente com o passar do tempo. (CNPCP, 2012, p. 28, Apud CABRAL, 2014, p. 16).

Diferentemente do que está disposto no Art. 85 da Constituição Federal:

**Art. 85.** O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.

**Parágrafo único.** O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determinará o limite máximo de capacidade do estabelecimento, atendendo a sua natureza e peculiaridades. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1989).

Portanto, finalizando esta pesquisa percebe-se que os esforços da administração pública ainda são ineficientes frente aos problemas estruturais nas prisões em Goiás e no Brasil e que medidas devem ser tomadas levando em conta todas as esferas da administração pública, dos municípios aos Estados, criando uma política de fortalecimento do setor prisional, mediante um plano de ação, que traga consigo investimentos a longo prazo que mitiguem os efeitos negativos que assolam o sistema na atualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo procurou evidenciar como se apresenta o sistema prisional goiano e brasileiro, suas dificuldades de operacionalidade e de como a administração pública esta inserida na questão de organizar o sistema. Muitas são as problemáticas que atravessam o sistema prisional o que requer uma força tarefa ampla e com grandes esforços do poder público.

Ao observar a realidade do sistema prisional goiano atrelado a conjuntura do sistema prisional brasileiro, muito ainda se verifica que existem muitos desafios a serem enfrentados pela administração pública no tocante a manutenção, ordem e tratamento adequado dos presos. A realidade brasileira se encontra com a de Goiás, os mesmos desafios enfrentados pela União fazem parte da esfera estadual e municipal e se impõem cada vez mais como problemas públicos que perpassam a todos nós.

O problema prisional precisa ser encarado como uma verdadeira missão em longo prazo pelo poder público, percebendo as fragilidades e criando medidas que vão resolver os problemas em todas as esferas, da municipal, passando pela estadual e atingindo a esfera federal.

O que se observa na atualidade é a inversão da política prisional, antes idealizada, agora corrompida. A prisão é a forma mais incompleta dessa evolução punitiva que inviabilizou os mecanismos de poder e gerou uma tensão social muito grande, pois agora, os presos são vistos como uma ameaça constante pela sociedade que não sabe como detê-los, pois a sociedade contemporânea se vê vítima de sua ação, percebida mais do que nunca como um risco social.

Percebemos que as questões encontradas nessa investigação são sérias e de rápida resolução, pois diz respeito à ordem pública, a vida harmoniosa em sociedade, haja vista que a segurança pública é um dos grandes problemas da atualidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ueliton Santos de; FERREIRA, Fábio Felix. *Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão*. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador. 2015; 4 (1): 116-129. Disponível em: < <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/471> >. Acesso em: 08 de Mar. de 2017.

ASSIS, Rafael Damaceno de. *A Realidade atual do sistema penitenciário brasileiro*. *Revista CEJ*, Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007. Disponível: < <http://www.cjf.jus.br/revista/numero39/artigo09.pdf> >. Acesso em: 12 de Mai. de 2017.



BRASIL, Constituição Brasileira (1988). Constituição da república Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. *Michel Foucault: Uma Análise do Poder*. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/direitoeconomico-12702.pdf>>. Acesso: 16 de Abr. de 2017.

CABRAL, Ruth do Prado. Reintegração Social em Goiás: O Perfil do Apenado e a Atuação do Patronato em prol do Egresso. [manuscrito] / Ruth do Prado Cabral. - 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4575/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ruth%20do%20Prado%20Cabral%20-%202014.pdf>>. Acessado em: 30 de Mar. de 2019.

CORREIO BRASILIENSE. Detento é espancado em presídio de Aparecida (GO); cenas foram gravadas. 21/11/2018. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/11/21/interna-brasil,720808/detento-e-espancado-em-presidio-de-aparecida-de-goiania.shtml>>. Acessado em: 30 de Mar. de 2019.

DIA ONLINE. Presos iniciam rebelião no presídio de Cristalina por causa de celular. 04/01/2019. Disponível em: <<https://diaonline.r7.com/2019/01/04/presos-iniciam-rebeliao-no-presidio-de-cristalina-por-causa-de-celular/>>. Acessado em: 30 de Mar. de 2019.

DIAONLINE. Presos fazem rebelião em presídio de Goiatuba. 02.01.2017 Disponível em: <<https://diaonline.r7.com/2018/12/24/presos-fazem-rebeliao-em-presidio-de-goiatuba/>>. Acessado em: 30 de Mar. de 2019.

DOTTI, René Ariel. *A crise do sistema penitenciário*. Arq:\RD\Artigos de direito\ Crise do sistema penitenciário 30/08/2003. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12441-12442-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09 de Mai. de 2017.

DW BRASIL. Rebelião em prisão de Manaus deixa 56 mortos. 02.01.2017 Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/rebeli%C3%A3o-em-pris%C3%A3o-de-manaus-deixa-56-mortos/a-36976308>>. Acessado em 30 de Mar. de 2019.

FERREIRA, Mauro César. Direitos humanos e o sistema penitenciário brasileiro, 2018. Disponível em: > <https://jus.com.br/artigos/67940/direitos-humanos-e-o-sistema-penitenciario-brasileiro/1><. Acessado em 13 de março de 2019

FOLHA DE SÃO PAULO. Rebelião deixa nove mortos e 14 feridos em presídio de Goiás. 01/01/2018. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1947382-rebeliao-termina-com-detentos-mortos-e-feridos-em-presidio-de-goias.shtml>>. Acessado em 30 de Mar. de 2019.

FOLHA DE LONDRINA. Crise no Sistema Prisional – Penitenciarias em alerta no Paraná. 17/01/2017. Disponível em:< <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/crise-no-sistema-prisional---penitenciarias-em-alerta-no-parana-967999.html>> Acessado em: 30 de Mar. de 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

G1 SANTA CATARINA. Detentos sofrem queimaduras em rebelião no Presídio de Lages. 19/01/2017. Disponível em:<<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2017/01/detentos-fazem-rebeliao-no-presidio-regional-de-lages-diz-de-ap.html>> Acessado em 30 de Mar. de 2019.

G1 RORAIMA. 31 presos são mortos em penitenciária de Roraima, diz governo. 06/01/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/mais-de-30-presos-sao-mortos-na-penitenciaria-de-roraima-diz-sejuc.html>>. Acessado em: 30 de Mar. de 2019.

G1 RIO GRANDE DO NORTE. Rebelião acaba após mais de 14 horas no RN; há mais de 10 mortos. 15/01/2017. Disponível em:< <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2017/01/rebeliao-acaba-apos-mais-de-14-horas-no-rn-ha-ao-menos-10-mortos.html>>. Acessado em 30 de Mar, de 2019.

MACHADO, Ana Elise Bernal; SOUZA, Ana Paula dos Reis; SOUZA, Mariani Cristina. Sistema penitenciário brasileiro – origem, atualidade e exemplos funcionais, 2013. Disponível em: ><https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/4789/4073><. Acessado em 13 de março de 2019.

OLIVEIRA, Luca Gabriel Alves de; SOUZA, Danilo Victor Nunes. A Crise no Sistema Prisional de Goiás. Águas Lindas de Goiás, 2018. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/4789/4073>>. Acessado em: 30 de Mar. de 2019.

RANGEL, Anna Judith. Violações aos direitos humanos dos encarcerados no Brasil: perspectiva humanitária e tratados internacionais, 2015. Disponível em:> <https://ninhajud.jusbrasil.com.br/artigos/123151293/violacoes-aos-direitos-humanos-dos-encarcerados-no-brasil-perspectiva-humanitaria-e-tratados-internacionais><. Acessado em 12 de março de 2019.

RIBEIRO, Maria Amélia de Jesus; SILVA, Izabel Cristina. A saúde no sistema prisional. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária. s/a.

SOUSA, Noelma Cavalcante de; MENESES, Antonio Basílio Novaes Thomaz de. *O poder disciplinar uma leitura em vigiar e punir*. SABERES, Natal – RN, v. 1, n.4, jun 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Documents/Noelma%20C%20de%20sousa%20e%20Antonio%20Basilio%20N.%20T.%20de%20Meneses,%20uma%20leitura%20em%20Vigiar%20e%20Punir,%20p.%2018-35.pdf>. Acesso em: 16 de Abr. de 2017.

TAVORÁ, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Manual de processo penal: volume único / Renato Brasileiro de Lima – 4. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

# CAPÍTULO 3

## **CONTRIBUIÇÕES DO TEATRO DE RUA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

*Antonio Juscelino Barbosa dos Santos*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as potencialidades e contribuições do Teatro de Rua para o Ensino de História, a partir das possibilidades metodológicas de aplicação deste em sala de aula. Sendo professor de história, defendi e ainda defendo o valor que a disciplina de história agrega. Num momento não muito distante, era muito comum que as escolas e instituições educacionais adotassem metodologias e didáticas em que o/a aluno/a acompanha, de forma passiva, a matéria lecionada pelo/a professor/a por meio de aulas expositivas, com aplicação de avaliações e trabalhos, sendo o docente o protagonista da aprendizagem. Em oposição a isso, acreditava-se que a forma de abordagem didática mais adequada seria a metodologia ativa, em que o discente é o personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizado. Este modelo de ensino-aprendizagem é baseado em uma troca de saberes, para que tanto os discentes quanto os docentes desenvolvam a capacidade de absorção de conteúdos de maneira autônoma e participativa. De acordo com Paiva *et al.* (2016, p. 146):

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem compartilham uma preocupação, porém, não se pode afirmar que são uniformes tanto do ponto de vista dos pressupostos teóricos como metodológicos; assim, identificam-se diferentes modelos e estratégias para sua operacionalização, constituindo alternativas para o processo de ensino aprendizagem, com diversos benefícios e desafios, nos diferentes níveis educacionais.

Nessa percepção, a prática educativa deve estar intimamente ligada à formação humana, visto que sua essência é formadora, e como tal, de natureza ética, por ser uma prática especificamente humana (FREIRE, 2015). Assim, “o saber docente, de natureza eminentemente ética, constitui-se numa prática cujo eixo constitutivo é a humanidade dos atores num dinâmico e complexo processo de interação” (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017, p. 278).

O fato é que o ensino de história se transformou de forma significativa nos séculos XX e XXI, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do pensamento histórico. E reorganização do currículo com foco na história crítica,

democratizando os saberes e valorizando aspectos que antes eram completamente negligenciados pela história tradicional. Nesse ponto, é importante frisar que as atividades humanas passam a ser compreendidas como construções culturais e, ao passo que compreendemos desse modo, é necessário um estudo histórico para entender as antigas diferenças e fazer uma desconstrução. Assim, partindo da compreensão de que o ser humano nasce e se desenvolve no tecido cultural, que atravessa processos singulares de subjetivação, bem como disponibiliza campos estruturados de ação, estes constroem a cultura. Da mesma forma, é necessário trabalhar com a desconstrução e reconstrução cultural, isto é, a cultura precisa aprender a adaptar-se e transformar-se conforme as exigências do ambiente.

Essas mudanças impactaram as práticas do cotidiano escolar, fazendo com que muitos professores/as avaliassem suas metodologias e didáticas e se adequassem às exigências das habilidades e competências para a disciplina. Se por um lado houve avanços importantes, por outro, houve também permanências e, porque não dizer, retrocessos. Como bem se sabe, não é interessante para quem tem o poder nas mãos educar a população, torná-la mais consciente, crítica e participativa, tampouco investir na formação de uma identidade que reforce os sentimentos de democracia, igualdade de direitos e liberdade. A partir dessa nova visão metodológica do ensino de História é que se puderam tentar diferentes abordagens historiográficas, diversificando o conceito de fonte histórica e abrindo espaço para a História Regional e Local. Foi-se criando possibilidades de estudar aspectos históricos, que até então nem sequer eram pesquisados ou citados na literatura ou meio acadêmico.

É necessário buscar alternativas criativas que possam contribuir para que a disciplina cumpra seu objetivo no desenvolvimento de saberes e tradições, de vivências sociais de professores/as e alunos, seja pelas representações do que e como estudar as produções escolares de docentes e discentes, o conhecimento, fruto das pesquisas dos historiadores, as formas e conteúdos provenientes dos

mais diferentes materiais utilizados, as informações organizadas nos manuais e aquelas difundidas pelos meios de comunicação e pela internet (BRASIL, 2000). Tudo isso, no intuito de favorecer a aquisição do conhecimento histórico dos educandos. É preciso construir ferramentas que minimizem a abordagem limitada à História de grandes guerras, dos vencedores, datas e fatos importantes em organização cronológica, sem articulação com as histórias das pessoas, do bairro, da cidade, enfim, do mundo. De certo modo, a História enquanto disciplina curricular necessita mudar, a partir das demandas moldadas nas concepções de História, Escola e Ensino.

Nessa perspectiva, é cada vez mais necessário questionarmos a importância de como ensinar e o que ensinar. Podemos apontar, de acordo com Fonseca (2010), algumas propostas metodológicas e estratégias de ensino da disciplina de História que vêm se consolidando e que evidentemente poderiam ser consideradas experiências exitosas na aprendizagem dos estudantes da disciplina. Dentre essas metodologias e estratégias, podemos citar: o alargamento do campo da história; a pluralidade de leituras acessíveis às crianças e aos jovens; o uso de práticas interdisciplinares; a produção de saberes históricos na sala de aula por meio de projetos; o trabalho pedagógico de construção de conceitos nas aulas de História; o estudo da educação patrimonial, aliado ao estudo da história regional e local; e a incorporação e diversificação de diferentes fontes, linguagens e artefatos da cultura contemporânea no processo de ensino e aprendizagem (FONSECA, 2010).

## **O TEATRO DE RUA COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

A proposta de trabalho com o teatro de rua em sala de aula deve ir além de criar espectadores de teatro. Esta deve ser mais ousada, se desejar realmente promover mudanças significativas na aprendizagem do educando. O/A professor/a terá que sugerir que os estudantes façam a representação de peças.

Nesse processo, podemos observar alguns benefícios que essa interação poderá causar, como: capacidade de improvisação, desenvolvimento da oralidade, expressão corporal, imitação de voz, sociabilidade, desenvolvimento do vocabulário, trabalhar as emoções, bem como desenvolver outras habilidades e competências ligadas às artes cênicas.

De fato, a pesquisa de novas metodologias e a utilização de diferentes linguagens artísticas têm se mostrado cada vez mais propícias no estudo da grande área das Ciências Humanas, em particular a História. Essas experimentações são indispensáveis às propostas desafiadas para as infinitas demandas do pensamento historiográfico, transformadas em alternativas curriculares para o ensino de história e suas tecnologias. A tentativa é de combater um pensamento quase unânime, que ainda coloca as disciplinas de História e Geografia no campo de disciplinas ditas “decorativas”, relegando-as a um status de subdisciplinas, numa tentativa de desmerecer a importância destas enquanto ciências. Aventurar-se nesse caminho não é fácil. É trabalhoso e demanda tempo, dedicação e esforço.

No entanto, para aqueles que desejam deixar marcas positivas em seus alunos, nenhum trabalho é demasiado cansativo ou enfadonho. Foi pensando assim que me lancei nessa nova experiência sem saber muito bem aonde ia chegar. Sabia, no entanto, que não ficaria passivo, reclamando dos conteúdos, das didáticas ultrapassadas ou do livro didático que não traziam questões do cotidiano dos alunos. Sabia que algo poderia e deveria ser feito.

O filósofo Hans-Georg Gadamer, no desenvolvimento de sua conferência *Problemas Epistemológicos das Ciências Humanas*, afirma que “entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda opinião” (GADAMER, 1998, p. 17). E, como o teatro pode ser agregador pra o Ensino de História? Cláudia Pereira Vasconcelos (2011), em *O Teatro como Linguagem e Fonte no Ensino de História* acredita que o trabalho com o teatro em sala de aula tem o poder de ampliar o olhar sobre as fontes históricas, incorporando diferentes lin-



guagens no processo educativo, transformando o espaço escolar em um ambiente alegre e produtivo. Este poderá nos oferecer interessantes pistas e estímulos para continuarmos a busca pela construção de um conhecimento escolar que contribua para a sensibilização dos alunos e da sociedade.

Encontramos no teatro um dos caminhos mais adequados e prazerosos para o estudo e a pesquisa histórica, pois o trabalho com as representações sociais a partir da construção de cena ou do texto dramático possibilita uma aprendizagem significativa, exige do estudante um aprofundamento do conteúdo e da contextualização do que se está montando/encenando, além do trabalho com técnicas teatrais que envolvem a turma e ao mesmo tempo desenvolve a oralidade, a integração de grupo, aguça a criatividade, desperta o gosto pelas artes, promove o acesso a produções artísticas de dentro e de fora do Brasil, bem como de diferentes épocas. Desta forma, o saber pode ser partilhado e absorvido com sabor na prática do dia a dia. Afinal a História é feita de cores, de paixões e de odores, sensações que sem dúvida não podem ser captadas unicamente pelas faculdades mentais (VASCONCELOS, 2011, p. 10).

Além da sensibilização dos sujeitos que participam do processo, Vasconcelos afirma categoricamente que a utilização do teatro em sala de aula é um método prazeroso para iniciar os alunos na pesquisa histórica, proporcionando uma aprendizagem significativa e exigindo um aprofundamento do conteúdo e a contextualização do que será montado. Além de outros benefícios, tais como: desenvolver a oralidade, a integração em grupo, aguça a criatividade, desperta o gosto pelas artes e o acesso às produções artísticas, dentro e fora do país. No entanto, para Cleyton Machado, em sua dissertação intitulada *Práticas Teatrais no Ensino de História: contribuições de Augusto Boal e Paulo Freire*, algumas questões devem ser abordadas e colocadas em xeque nessa discussão, como o papel do/a professor/a no processo educacional. Seguindo esse pensamento, chama atenção para a importância do teatro para o enriquecimento do ensino de história:

Acreditamos que através deste trabalho, o ensino de História pode estabelecer ancoragens significativas no processo cognitivo e emocional dos indivíduos, a fim de produzir efeitos expressivos na formação do conhecimento histórico dos estudantes. Por isso, identificar o que o estudante pensa, sobre história e sobre os eventos estudados e trabalhar

essas noções a partir do seu conhecimento tácito, proporcionou conexões entre o passado e presente a partir de suas reflexões objetivas e percepções subjetivas (MACHADO *et al*, 2017, p. 97).

É importante destacar no trabalho de Machado, as contribuições de Augusto Boal e Paulo Freire, que embasaram o estudo, bem como as abordagens acerca do conceito de empatia histórica e suas ligações com as práticas teatrais. Para Alcides Freire Ramos e Rosangela Patriota, em ensaio intitulado *Linguagens artísticas (cinema e teatro) e o ensino de história: caminhos de investigação*:

Esta proposta de trabalho, em nosso entendimento, poderá contribuir para um alargamento temático e metodológico do ensino de História, porque, além de ampliar os recursos didáticos e pedagógicos, permitirá que o campo relativo aos estudos históricos seja repensado, contribuindo, mesmo que em pequena escala, para a transformação dos parâmetros utilizados por nossa sociedade para definir o que pertence à História (RAMOS; PATRIOTA, 2007, p. 18).

Ainda de acordo com os autores, é preocupante perceber que o Ensino de História, ao longo do processo histórico, teve o papel de legitimar mecanismos que transformam os alunos em mera mão de obra qualificada para o mercado de trabalho:

Por fim, este drama vivenciado em relação ao “aumento contínuo da documentação” requer que discutamos com urgência medidas efetivas que repensem os parâmetros nos quais a formação educacional está ocorrendo, bem como devemos refletir sobre a contribuição que o ensino de História tem dado para que a Educação não seja apenas a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, mas, principalmente, constitua-se em um dos mecanismos que contribuem para que se viabilize uma educação para a cidadania (RAMOS; PATRIOTA, 2007, p. 19).

Os autores entendem que o trabalho com o teatro no Ensino de História tem importantes contribuições, principalmente no que se refere ao alargamento de temas, linguagens e métodos, ampliando os recursos didáticos e pedagógicos, repensando, conseqüentemente, o currículo e a transformação dos parâmetros do que pertence à história. Igualmente, é importante na reflexão acerca das

contribuições que o próprio ensino de história tem dado para a Educação, para que não seja somente instrumento de formação mão de obra qualificada, mas sim de cidadãos mais sensíveis e críticos.

Geysa Dongley Germinari e Dhyandra Montani Schactai, em *Uso do Teatro no ensino de história: uma prática construtiva de conhecimento através da arte*, afirmam que ensinar o conteúdo de História simplesmente com fatos e datas, sem desenvolver a criticidade dos alunos, faz o ensino ter uma função apenas reprodutiva e irreflexiva. Assim o/a professor/a precisa ressignificar a sua prática, construindo, através da educação de História, a reflexão e consciência histórica. Nesse sentido, destacam que:

Os métodos didáticos utilizados priorizaram desconstruções, principalmente da noção de História de grandes heróis masculinos e de um conteúdo extremamente maçante que afugenta muitos alunos. Foram métodos fundamentais nesse sentido, pois o uso do lúdico despertou o interesse em se aprender História, de forma que o incorporar dos personagens (no teatro) mesmo que de forma elementar, gerou

espaço para o posicionamento dos estudantes diante de situações que a atuação e o aprendizado proporcionaram (GERMINARI; SCHACTAI, 2018, p. 6).

Há uma necessidade de se fazer, dentro do Ensino de História, desconstruções de grandes heróis, em sua maioria, masculinos, brancos, cisgêneros e de classe social abastarda. É fundamentalmente importante utilizar a ludicidade e a interpretação dos personagens para conduzir os alunos a pensarem o seu lugar e olharem de forma crítica para o mundo que os cerca. Assim, quando o/a professor/a faz uso do teatro como ação de aprendizagem, abre aos estudantes novas possibilidades de desvendar a História, construindo novos conhecimentos e transformando suas práticas.

Por fim, Maria Helena Gondim Almeida, em sua dissertação intitulada *História, Teatro e Ensino de História: possibilidades metodológicas*, conclui que o Ensino de História deve ser ressignificado pelos/as professores/as de diversas

maneiras, contanto que estas possam atender às diversas realidades de professores e alunos. Pode-se apresentar, assim, uma síntese de como a metodologia do teatro nas aulas de História é capaz de fazer a diferença no ensino e na aprendizagem: o uso de diferentes metodologias valoriza o universo dos alunos; busca caminhos mais adequados e prazerosos para o estudo e a pesquisa histórica; estimula espaços criativos para desenvolver a oralidade, a integração do grupo, o respeito pelas diferenças; seleciona e faz recortes no conteúdo a ser trabalhado; explica claramente os objetivos almejados, para que os alunos sejam partícipes de todo o processo de aprendizagem. Dentre as diferentes metodologias para se ensinar História, o teatro é um meio para compreender as questões da atualidade, dialogando com o passado, enfatizando o aprender fazendo; mostra que podemos ter diversas explicações e diversas respostas para uma mesma realidade; amplia o pensamento histórico, articulando com outros professores, visando à interdisciplinaridade e contrapondo a forma tradicional como os conteúdos são divididos em séries.

Nesse sentido, as obras e os autores/as apresentados defendem o teatro como metodologia de ensino, já que permite uma articulação entre o presente e o passado, debatendo conceitos, como consciência histórica, memória e o próprio teatro como metodologia de ensino. De certo que é possível, na escola, realizar um trabalho interdisciplinar entre duas ou mais disciplinas, o que implica em uma intervenção direta na dinâmica e espaço escolar para que tal proposta se torne concreta. O teatro de rua tem a função de humanizar, de estabelecer o caráter público dos espaços urbanos, muitas vezes marcados pela violência, pelo desca-so social e pela marginalidade. Para Turle e Trindade (2016, p. 18):

Para o teatro de rua, esse fenômeno traz consigo novas exigências, que vão além das questões da cidade como espaço cênico. Se até recentemente trabalhar nas ruas parecia garantir aos fazedores teatrais certa legitimidade histórica e originária, agora é preciso desnaturalizar a rua – enquanto espaço “original” do teatro de rua – e problematizar o espaço urbano, levando em conta o diálogo, nem sempre tão coloquial ou amistoso, entre as diversas dimensões do público e do privado em relação às artes de rua.

Para Carreira (2007, p. 29), o espaço urbano tem sua importância, sendo assim, “para estudar o desenvolvimento da linguagem do teatro de rua como fenômeno marginal e transgressor, é necessário compreender o processo de transformação da rua como espaço cênico e as implicações socioculturais próprias deste espaço”.

Na escola, o teatro de rua tem potencial enquanto proposta curricular para construção de uma linguagem alternativa para os alunos, que possa enriquecer metodologicamente a forma como os alunos adquirem conhecimento. Segundo Carreira (2007), há um claro esforço acadêmico para definição e conceituação da expressão “teatro de rua”. A mesma, historicamente vem sendo utilizada, de forma ampla, para designar espetáculos apresentados em espaços não convencionais, ou ao ar livre. Nessa tentativa, a “delimitação do conceito de teatro de rua tem como objetivo possibilitar a abordagem e análise do fenômeno de rua como modalidade teatral particular, uma forma de teatralidade” (CARREIRA, 2007, p. 43).

Para o autor, é preferível definir o teatro de rua enquanto modalidade teatral, e não enquanto gênero, já que as características próprias deste fazer estão mais ligadas à utilização do espaço cênico do que às regras de elaboração do texto dramático. No entanto, essas definições, conceitos e características são muito mais complexos do que se pensa. O espaço público foi, aos poucos, se tornando objeto de disputa em diferentes campos. De acordo com Turle e Trindade (2016, p. 19):

Enquanto a rua nada valia, havia apenas um teatro de rua, aquele a qual era atribuído pouco ou nenhum valor estético: o teatro popular do Mamulengo, do cordel, das brincadeiras do Cavalo-marinho, do Bumba-meu-boi, do Reisado. Um teatro fortemente vinculado à cultura rural e agrária, num país desejoso de esquecer suas origens rurais e agrárias; como consequência, um teatro que foi sistematicamente esquecido, ou negligenciado, pela historiografia oficial do teatro brasileiro.

Carreira (2007, p. 108), afirma que “o teatro de rua como uma modalidade particular de teatro se define no Brasil nos anos de 1960 e se estabeleceu neste

momento com caráter explicitamente político militante”. Assim, como resistência à ditadura militar instaurada em 1964, emerge um teatro de rua urbano, de militância e engajado, oriundo da década de 1960. Este teatro tinha características peculiares, moldado para o enfrentamento do regime ditatorial que teimava em calar a arte. É interessante notar que, mesmo no período de maior endurecimento do regime, os grupos que se manifestavam nas ruas não sofriam repressão, pelos menos inicialmente. Esta, bem como a violência policial, se concentrava nos espetáculos de sala, que eram constantemente vigiados pela presença de um sensor e, se considerados subversivos, eram severamente castigados. Era um movimento claramente político, fazendo críticas severas ao governo da época e levantando uma bandeira em defesa dos direitos sociais.

Com o passar do tempo, e somente nas últimas décadas do século XX, o teatro de rua transforma-se, desconstruindo seu conceito inicial, que o prendia a um teatro estritamente popular, ou seja, destinado à população menos favorecida da sociedade brasileira (TURLE; TRINDADE, 2016). Carreira (2007, p. 109) afirma que “a falta de modelos reconhecidos de teatro de rua possibilitou que os poucos registros do teatro político dos anos 1960 fossem a principal referência de espetáculos de rua”. Nesse sentido, afirma ainda que “até meados de 1970 as condições de repressão impediam a realização de espetáculos de rua”. Segundo Turlee Trindade (2016, p. 20):

Os anos de 1970-1980 virão uma eclosão de grupos teatrais no país, dos quais uma parte significativa optou pelos espaços de rua, pautando-se em distintas orientações ético-estéticas. Destes, alguns adotaram os princípios do teatro épico, explorando recursos do distanciamento brechtiano, tal como a Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz, de Porto Alegre; outros criaram suas próprias estéticas, carnavalizantes, como o Grupo Tá na Rua, do Rio de Janeiro; outros, ainda, mantiveram-se fieis aos elementos da cultura popular, como o Grupo Imbuça, de Aracaju. Nos primeiros anos do século XXI, diversificara-se não apenas grupos “de rua”, mas propostas cênicas contemporâneas em que a cidade torna-se o elemento definidor da própria teatralidade: a cidade como “cenário” da representação, locus de intervenção urbana ou ainda, como “dramaturgia”.

É cada vez mais desafiador ser professor/a na contemporaneidade. Há uma busca incessante, de professores/as preocupados em melhorar a sua didática, por novas metodologias que façam com que os alunos recobrem o estímulo em aprender (SILVA *et al.*, 2007). Embora essas tentativas tenham se mostrado bastante proveitosas, há uma série de empecilhos que dificultam o trabalho do/a professor/a que quer ousar e se aventurar por esse caminho (GUIMARÃES; SILVA, 2016). Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no ensino do teatro no início de sua implantação, podemos identificar avanços significativos nesse processo.

São inúmeras as reflexões e discussões de docentes preocupados com a sua práxis em sala de aula, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de propostas pedagógicas que possam alcançar o aluno na contemporaneidade. Em tempos em que o/a professor/a necessita, cada vez mais, se apropriar de novas ferramentas e buscar ser, não somente ser um bom mediador de conhecimento, mas um profissional que faça a diferença: ativo, criativo, participativo e, acima de tudo, sensível (SILVEIRA; REIS, 2018). De fato, o teatro pode ser um forte aliado, enquanto ferramenta e proposta pedagógica para auxiliar o educador na busca de uma melhoria na qualidade do processo de ensino e aprendizagem, pois deve ser encarado como uma atividade que tem excelente potencial para utilização no universo escolar (COELHO, 2014).

O teatro brasileiro só apresentará um nível profissional elevado na medida em que houver um público culturalmente maduro para assisti-lo e sustentá-lo. E este só poderá formar-se numa experiência educacional integradora que inclua a aprendizagem da relação arte/vida. De nada adianta a instalação de cursos superiores de arte dramática se essa dimensão não se fizer presente em todos os níveis do processo educativo (CHAVES *apud* REVERBEL, 1979, p. 9).

O teatro de rua é uma modalidade teatral em que os atores utilizam seu corpo e sua voz a serviço da construção estética no espaço aberto, sobretudo nas cidades. Sua definição pode ser assim feita: “Teatro que se produz em locais exteriores às construções tradicionais: rua, praça, mercado, metrô, universidade,

etc.” (PAVIS, 1999, p. 385). Esse tipo de teatro possui suas origens na antiguidade. Tradicionalmente, o teatro nasceu no espaço aberto e, desde a Grécia Antiga colocou na cena os problemas da *polis* e dos cidadãos. O teatro e os espaços urbanos tiveram uma relação muito estreita. Muitas vezes amigável, em outras, nem tanto.

Das trupes mambembes, que se deslocavam de uma cidade para outra, para se apresentarem em praças nos centros das cidades medievais, o teatro mudou. Ao se profissionalizar, tornando-se elitizado e consumido pela alta burguesia da época, o teatro passa a ficar restrito aos espaços fechados. Denominou-se, então, de Teatro o edifício onde aconteciam os espetáculos, como forma de elitizá-lo. No entanto, há uma parcela de artistas que preferem o teatro a céu aberto, ou seja, o teatro de rua. Os motivos pelo qual esses artistas optam pelo teatro de rua são diversos, desde uma tentativa de levar o teatro às pessoas que não tem acesso ao fazer teatral convencional, até uma forma de teatro político (LEÃO, 2009).

Diante dessa prática, podemos elencar algumas contribuições importantes do teatro de rua no ensino. A utilização dessa linguagem na escola é uma prática crescente e importante para a formação integral de crianças e adolescentes, pois tem o poder de transcender as disciplinas, indo muito além das práticas corriqueiras utilizadas cotidianamente para a sua abordagem. Ele possibilita o desenvolvimento de habilidades cognitivas, físicas, emocionais e sociais dos alunos. Aqui, poderemos elencar pelo menos alguns benefícios que o teatro de rua praticado na escola pode proporcionar para crianças e adolescentes que se aventurarem nessa metodologia:

**Estimula o autoconhecimento e a comunicação** - Uma das contribuições mais prováveis do ensino de teatro de rua na escola é a possibilidade das crianças se conhecerem e se expressarem melhor, tanto verbal quanto corporalmente falando. De modo que, interpretando uma peça de teatro, os alunos poderão desenvolver habilidades de comunicação verbal e corporal. Essas habilidades são



imprescindíveis para lidar com os outros e para possibilitar um bom trabalho em equipe (FERREIRA, 2005). Além disso, ao interpretar outros personagens no teatro, os alunos também podem se conhecer melhor e descobrir suas potencialidades e fragilidades. Esse conjunto de informações sugere que as crianças possam aprender a expressar seus desejos e medos, o que é importante para o desenvolvimento emocional (VASCONCELLOS, 2013).

**Aumenta a autoestima** - O teatro de rua, assim como a prática do teatro na escola, contribui no aumento da autoestima dos participantes, principalmente quando são reconhecidos pelo esforço em realizar algo que para a maioria seria considerado difícil de ser feito. Assim, quando o indivíduo se conhece e sabe se expressar como é, o aumento da autoestima é uma consequência direta, pois passa a apreciar seus pontos fortes e tem consciência dos aspectos que precisa melhorar (VERAS, 2019). Da mesma forma, ao se colocar como ator em uma peça de teatro na escola, a criança também trabalha o protagonismo e sua capacidade de realizar algo. Todas essas são competências socioemocionais importantes para o desenvolvimento saudável da vida pessoal e profissional das pessoas (CEBULSKI, 2014).

**Favorece a interação** - O teatro de rua é resultado de um trabalho coletivo, geralmente há um esforço em grupo para que o espetáculo seja apresentado. Esta contribuição está ligada ao fato de que o resultado do trabalho cênico é uma vitória coletiva. Pois, além dos atores em cena, existem os roteiristas, os figurinistas, os cenógrafos, maquiadores, músicos, dentre muitos outros profissionais (CORREIA, 2020). Tudo isso, atravessado pelos conteúdos que são inerentes ao conhecimento que deve ser adquirido durante o processo ensino aprendizagem. Na escola, isso não poderia ser diferente. Nas aulas de teatro, os alunos podem interagir entre si e formar novos laços de amizade. Além de essas ações serem importantes para o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupo, também ajudam na redução de problemas como o bullying (OLIVEIRA, 2015).

**Eleva o interesse pela leitura e estimula a criatividade** - Outra contribuição que pode ser agregada ao trabalho do teatro de rua em sala de aula é o aumento do interesse pela leitura e o estímulo à criatividade. Nessa arte, conhecer, contar e vivenciar histórias é um processo fundamental. Quanto mais os/as alunos/as mergulham no mundo do teatro e seus encantos, mais querem desvendar seus mistérios. Assim, estes passam a ter mais vontade de descobrir novas narrativas (SILVA, 2018). Além de aumentar o repertório cultural, os/as alunos/as que se tornam leitoras assíduas também têm a oportunidade de ampliar seu vocabulário. As aulas de teatro de rua podem ainda ser muito eficientes no incentivo da imaginação e da criatividade (TSUNODA, 2010).

**Aumenta o senso de responsabilidade e comprometimento** - As aulas de teatro de rua demandam, dentre outras coisas, disciplina e comprometimento de seus praticantes. É necessário cumprir horários, participar dos ensaios e trabalhar em equipe na preparação e nas apresentações. Essas características ajudam os alunos a desenvolverem responsabilidade, já que compreendem a necessidade de cumprir com suas obrigações para o bom desempenho seu e dos colegas. Uma das contribuições desta prática é estimular nos indivíduos um maior compromisso com o fazer teatral e a responsabilidade de cumprir com a tarefa que lhe foi incumbida, já que o resultado do trabalho de todos resultará no sucesso de todos ou o fracasso do grupo (CAMARGO; DAROS, 2018).

**Promove consciência corporal** - Outra contribuição que o teatro de rua traz para a prática escolar está no desenvolvimento de aspectos físicos e corporais de crianças e adolescentes. Nas aulas de teatro de rua, os/as alunos/as podem formar e ampliar sua consciência corporal e dissolver bloqueios existentes. Além disso, as aulas também possibilitam aperfeiçoar a dicção e a projeção da fala, principalmente voltadas para as apresentações em espaços não convencionais e a céu aberto. Essas habilidades são muito importantes no desenvolvimento do ritmo e precisão para transmitir mensagens, o que é fundamental para a comunicação interpessoal (RÜGER, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas correntes historiográficas, especialmente do campo da Nova História Cultural, têm contribuído para que os/as professores/as repensem conceitualmente a sua prática educativa. Essas novas metodologias, propostas para o ensino de história, exigem uma constante análise da sua ação enquanto método, bem como investigações e incorporações de diferentes fontes para que estas cumpram com seu papel, que abrangem repensar os currículos vivos, as culturas escolares, os saberes, as concepções, as narrativas de professores/as, crianças e jovens, os livros e materiais didáticos e paradidáticos, as práticas construídas e reconstruídas na escola e fora dela.

O trabalho com o teatro é uma forma de incorporar diferentes linguagens no processo educativo, que pode contribuir na busca pela construção do conhecimento dos alunos e professores, mesmo porque ambos estão sempre aprendendo juntos, na sensibilização de todos para pensar uma sociedade com mais justiça. Acreditamos que no trabalho História- Teatro, podem ser desenvolvidas as emoções, as vivências, a coletividade, a resiliência e a alteridade, sensibilizando os envolvidos em uma aprendizagem significativa. Assim, o teatro de rua se torna uma forma de descentralizar o teatro, oportunizando que o mesmo atinja lugares e pessoas distintas, que o teatro convencional não atingiria. Portanto, em minha trajetória, percorri um caminho que chegaria até o teatro de rua de diferentes maneiras.

O contato do aluno com o teatro lhes abrirá portas que farão a diferença na sua formação enquanto estudantes. Portanto, o teatro, enquanto recurso metodológico ensina os alunos a viver e a ampliar seus horizontes culturais, bem como faz perder a timidez e cria empatia, tornando-se, com isso, um artefato eficaz para o desenvolvimento da capacidade cognitiva. Esse recurso desperta nos alunos o interesse por temas, textos e autores variados. O uso do teatro como prática metodológica ajuda a desenvolver no aluno a noção de trabalho em grupo, e a capacidade de resolver problemas que exigem situações de improviso, enfatizando, assim, as inúmeras habilidades desenvolvidas com essa prática.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

CARREIRA, André. **O teatro de rua: Brasil e Argentina nos anos 1980 - uma paixão no asfalto**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

CEBULSKI, Marcia Cristina. **Um diálogo entre Vygotsky e o sistema teórico da afetividade ampliada: o teatro na educação básica e o desenvolvimento socioemocional humano**. 2014. 460 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

- COELHO, Márcia Azevedo. Teatro na Escola: uma possibilidade de educação efetiva. **POLÊMICA**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1208-1224, 2014.
- CORREIA, Thiago Carvalho de Sousa. **Gestão de sedes de grupos de teatro: espaços dedicados à subjetividade, à memória, à percepção e ao conhecimento**. 2020. 35 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Gestão Cultural) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Amaro, 2020.
- DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 268- 288, 2017.
- FERREIRA, Taís. **Teatro infantil, crianças espectadoras, escola: um estudo acerca de experiências e mediações em processos de recepção**. 2005. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.
- GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Organizador: Pierre Fruchon; Tradução: Paulo César Duque Estrada. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- GERMINARI, Geyso Dongley; SCHACTAI, Dhyandra Montani. Uso do Teatro no ensino de história: uma prática construtiva de conhecimento através da arte. **Revista de Educação Histórica**, Curitiba, n. 16, 2018.
- GUIMARÃES, Selva; SILVA, Marcos. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. São Paulo: Papirus, 2016.
- LEÃO, Raimundo Matos de. **Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia**. Edufba, 2009.
- MACHADO, Cleyton. **Práticas teatrais no ensino de história: contribuições de Augusto Boal e Paulo Freire**. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v. 15, n. 2, 2016.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. Tradução: J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. Perspectiva, 1999.

RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela. Linguagens artísticas (Cinema e Teatro) e o ensino de História: caminhos de investigação. **Fênix–Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 4, p. 03-04, 2007.

REVERBEL, Olga. **O Teatro na Sala de Aula**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

RÜGER, Alexandre Cintra Leite. **A Percussão Corporal como Proposta de Sensibilização Musical para Atores e Estudantes de Teatro**. 124 f. Dissertação. (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. São Paulo: Papirus Editora, 2007.

TSUNODA, Danielli. **Projeto de formação de leitores: Análise de uma experiência em uma escola particular de Fortaleza**. 2010. 52 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Departamento de Estudos Especializados, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

TURLE, Licko; TRINDADE, Jussara. **Teatro(s) de rua no Brasil: a luta pelo espaço público**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

VASCONCELOS, Sandra Maia Farias. História de vida e genealogia: categoria narrativa específica em busca do tempo perdido. **Linha d'Água**, São Paulo, n. 24 v. 2, p. 313-328, 2011.

VERAS, Daniela de Sousa Oliveira Melo. **A atuação do orientador educacional na perspectiva do desenvolvimento da autoestima do educando**. 2019. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

# CAPÍTULO 4

## **COMO VAI?: CONVERSAÇÃO E SUAS INTERFACES**

**¿CÓMO ESTÁS?:  
LA CONVERSACIÓN  
Y SUS INTERFACES**

*Laercio Fernandes dos Santos*

**RESUMO:** Este artigo tematiza a Análise da Conversação na área da Linguística, com foco na interação linguística como fenômeno dos aspectos sociais. Apresentamos um estudo a partir de uma aula de Língua Portuguesa numa turma de Primeiro Ano do Ensino Médio. Neste artigo, os princípios teóricos da Análise da Conversação advêm de Brait, (1999), Kerbrat-Orecchioni (1986) e Diedrich (2017). O objetivo desse estudo é mostrar a relação conversacional estabelecida entre interactantes: professor x aluno, motivados pelo tema central a partir do gênero textual, tira de Hart (2002), que traz uma simulação real de fala cotidiana. Assim, é possível mostrar como as relações são estabelecidas linguisticamente na interação conversacional que institui sempre pelo menos dois interactantes.

**Palavras-chave:** Interactantes. Professor x aluno. Conversação.

**RESUMEN:** En este estudio tematizamos el Análisis de la Conversación en el área de la Lingüística, con foco en la interacción lingüística como fenómeno de los aspectos sociales. Presentamos un estudio a partir de una clase de Lengua Portuguesa, con estudiantes de Primer Año. En esta investigación, los principios teóricos del Análisis de la Conversación son de Brait, (1999), Kerbrat-Orecchioni (1986) y Diedrich (2017). El propósito del estudio es mostrar la relación establecida entre *interactantes*: profesor y alumno, motivados por la temática central a partir del género textual, tiritita de Hart (2002), que traslada una simulación real de habla del día a día. Así, es posible mostrar como las relaciones son establecidas lingüísticamente en la interacción conversacional que instituye siempre por dos *interactantes*.

**Palabras-claves:** *Interactantes*. Profesor y alumno. Conversación.

## **INTRODUÇÃO**

Sabemos que a conversação perpassa as relações sociais diariamente e continua ao longo da vida. Permanecem disso, as relações que se transformam em histórias que nos constituem. Essas histórias podem começar com um “Como vai?” Elas acontecem no dia a dia: no mercado, no posto de combustível, numa sala de aula e no aeroporto, “a interação como um fenômeno que inclui aspectos sociais, culturais, discursivos e linguísticos”, (BRAIT, 1999, p. 189), por envolver esses elementos, pode ser bem-sucedida ou não.

No percurso educacional, temos muitas histórias para contar, na sua grande maioria, narrativas dialógicas que nos encantam através de uma experiência gratificante que envolve o outro, neste caso o outro, em alguns momentos da interação, são nossos estudantes, que assumem um dos turnos da fala. Por isso neste estudo, trazemos uma experiência de ensino que demonstra essa interação entre professor e aluno, como base para a Análise da Conversação.

Na sequência, além dos já nominados, analisaremos outros eventos da interação social que envolvem a polidez e aproximação, ou a tentativa de aproximação ou retração. No mundo do comércio é esperado, por parte de um dos interactantes a polidez e aproximação.

Trazemos aqui um estudo em que nos voltamos para o estudo da Análise da Conversação, permitindo uma análise linguística estabelecida entre o trabalho diário do professor, visto como uma possibilidade de instituição e percepção na relação conversacional dos interactantes professor x aluno. Para essa reflexão lançamos mão de alguns princípios teóricos da Análise da Conversação apresentada por Brait (1999), Kerbrat-Orecchioni (1986) e Diedrich (2017). Princípios que consideramos fundamentais para embasar o que refletimos no estudo.

## **COMO VAI? QUAL O SENTIDO QUE ISSO PRODUZ?**

Na vida entramos em contato com o outro e nos tornamos o outro através das interações que a língua nos proporciona. A escola é um ambiente fértil para analisar como essas interações acontecem e produzem histórias a todo momento e que vale a pena serem contadas e analisadas num viés teórico da Análise Conversacional de Kerbrat-Orecchioni (1986). Será que sempre o que comunicamos é realmente entendido pelo outro da forma que gostaríamos? A polidez faz parte de um processo discursivo estabelecido entre os interactantes. Por que, muitas vezes, um dos falantes não entende a mensagem? Um “Como vai?” realmente tem a intensão de saber como se está ou é apenas para manter um protocolo habitual? Por isso trazemos a experiência de uma aula tematizada pela Dimen-



são Discursiva da linguagem, em que refletimos o uso da linguagem através da tira de Hart, (2002), que leva a reflexão do efeito discursivo no dia a dia de um “Como vai?”. Essa aula aconteceu numa turma de Primeiro Ano do Ensino Médio do Instituto Estadual Cecy Leite Costa, numa aula de Língua Portuguesa.

A seguir, apresentamos o discurso que motivou a reflexão linguística:



Fonte<sup>2</sup>

Nesta aula permitiu a reflexão da dimensão discursiva da linguagem, ou seja, como a linguagem se efetiva através da teoria da comunicação trazida por Jakobson e como a interlocução determina os usos da linguagem, além de mostrar numa perspectiva discursiva, o uso que os interlocutores fazem da linguagem, assim é possível analisar o processo conversacional. Assim, no gênero textual trabalhado aparece, no primeiro quadrinho a conversa entre um amigo (sobrinho de Bernie), que diz: “O meu tio Bernie tinha um papo muito chato”. O outro amigo pergunta: “Chato como?”. Já no segundo quadrinho, o Sobrinho de Bernie responde: “Era o único cara que eu conhecia que conseguia transformar um “Como vai?” numa biografia”.

Para que pudéssemos chegar a essa análise nos ancoramos aos estudos da Análise da Conversação que faz parte da Linguística Interacional, focando em eventos cotidianos, “a língua observada em sua realidade interacional cotidiana; e a complexidade da análise do material significante”, (DIEDRICH e RIGO, 2017,

2 ABAURRE, Maria Luiza M. Português: contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2008, p. 238.

p. 695). Aqui trabalhamos com uma simulação real de fala cotidiana, através de uma tira. Assim, observamos a interação dos interactantes, como afirma Hilgert (1989): “[...] atividade prática e cotidiana, cujo desenvolvimento depende da auto-organização patrocinada interacionalmente pelos interactantes, (HILGERT, 1989, p.82 apud DIEDRICH e RIGO, 2017, p. 695)”. No discurso configurado pelo gênero textual tira, observamos uma interlocução entre o sobrinho de Bernie e, possivelmente, um amigo dele, que abordam a forma com que o tio se comunica.

Além da análise conversacional do gênero textual tira, não fugiremos de perpassar o diálogo entre os interactantes inevitáveis, quando falamos de sala de aula, pois numa aula, como essa que estamos trazendo, sempre se instituirá uma conversação interacional entre professor e aluno, neste caso, vamos perceber que para entendermos a conversação entre o sobrinho de Bernie e seu amigo, vamos precisar travar uma segunda interação conversacional, que possibilita a análise também entre o professor e seus alunos.

A interação é um componente do processo de comunicação, de significação, de construção de sentido e que faz parte de todo ato de linguagem. É um fenômeno sociocultural, com características linguísticas e discursivas passíveis de serem observadas, descritas, analisadas e interpretadas. (BRAIT, 1999, p. 194)

Na construção de sentido do estudo da própria linguagem, possibilita perceber de que forma os alunos interagem com a construção do conhecimento linguístico e da interação que se dá entre seus colegas e o professor.

Apresentaremos a seguir o desenvolvimento da aula, que traz como ponto de partida o gênero textual tira, em que permite a análise conversacional. A aula iniciou-se com a retomada dos elementos da comunicação elencados por Jakobson e trabalhados em aulas anteriores. Assim os alunos identificaram os interlocutores do discurso no texto projetado na sala de aula, através do *datashow*. Nesse caso, logo os alunos disseram que os interlocutores eram o sobrinho de Bernie e seu amigo. O professor pediu que os alunos lessem novamente o texto exposto e relatassem o que estava se passando com os interlocutores. Podemos

notar que a partir do início da aula já se inicia uma interlocução entre o professor e os alunos em que se alternava o turno de fala entre emissor e receptor, que se fez necessário para que pudéssemos analisar a conversação da tira.

Sabemos que para os estudos da Análise da Conversação o pesquisador pode usar para a análise materiais já produzidos pelos projetos como o da Norma Urbana Culta (1970) e Projeto da Gramática do Português Falado (1980). Porém, neste estudo, colocamo-nos como professor-pesquisador e produzimos esse material que serviu para análise conversacional desse artigo. “[...] o pesquisador tem a opção de trabalhar com materiais já produzidos e que fazem parte de arquivos de pesquisa” (DIEDRICH e RIGO, 2017, p. 699). Porém percebemos que a sala de aula se torna um laboratório rico para os trabalhos de análise linguística, com isso, o professor adquire o papel de pesquisador. A sala de aula estabelece relações discursivas a todo momento que merecem um distanciamento do professor para se tornar pesquisador, visto que esse ambiente traz “marcas discursivas e sócio-históricas manifestadas no discurso (DIEDRICH e RIGO, 2017, p.699). Por isso que tomamos a decisão de apresentar um estudo observando as relações destes interactantes (professor e aluno) e o que favorece para que isso aconteça.

Neste estudo nos detivemos numa única aula de Língua Portuguesa em que o professor se reportou para os estudantes: Vocês estão lembrados que quando usamos a linguagem, ela pode configurar-se em diferentes funções, que função podemos identificar na tira? Prontamente, Jonatas levanta a mão e disse que a função presente no discurso é a função metalinguística. O professor retoma a palavra e questiona: Por que podemos dizer que há a presença da função metalinguagem? Sem que o professor terminasse a pergunta, Talia diz que é porque está se usando a língua para refletir o uso da própria língua, no caso, da forma como o tio Bernie se portava ao responder a expressão “Como vai?”.

Em seguida o professor chama atenção para como o tio Bernie usa a expressão “Como Vai?”. Em geral com que função usamos a expressão? Lucas disse: Olha professor, em geral as pessoas não usam a expressão para realmen-

te saber como as pessoas estão, mas é somente para seguir um ritual linguístico de educação. Neste momento o professor toma a palavra e salienta, usando como referência o último quadrinho, -“Era o único cara que eu conhecia que conseguia transformar um “Como vai?” numa biografia” - podemos concluir que o tio da personagem não se comporta da forma esperada, ou seja, ele realmente quer falar muita coisa e responder como se sente? Sem que o professor esperasse, Kauan tomou o turno e salienta que o tio Bernie conta a vida toda, coisa que não é o habitual. Podemos perceber que nessa interlocução entre professor e alunos, formou-se uma troca, através da linguagem que permite a construção do conhecimento, isso vai na linha do que fala Brait:

Isso significa que os falantes de uma dada língua combinam sua competência linguística com outras competências, o que lhes possibilita utilizar as formas linguísticas em diferentes contextos, em diferentes situações de comunicação, com diferentes finalidades. (BRAIT, 1999, p. 194,195).

Neste caso, segundo a autora, dentro da metodologia de reflexão de língua materna, trava-se diálogos com diferentes finalidades, tendo como eixo norteador a análise conversacional que se efetiva na própria linguagem.

A aula segue, quando o professor retoma o turno novamente e diz: Vocês percebem que a expressão “Como vai?” foi substituída, neste mundo tecnológico, pela expressão “Tudo bom” , salientando que nem mais o ponto de interrogação usamos e, muitas vezes, como entendemos que o “Tudo bom” é somente para manter a polidez e cumprir ritual, mesmo quando não estamos bem, com dor de cabeça e cansados, respondemos: “Tudo Bom”. Essa afirmação caiu por terra quando o professor foi interrompido abruptamente pela aluna Manuella, que disse: Mas muitas vezes, professor, realmente queremos saber se as pessoas estão bem de verdade. Então a mesma expressão adquire outro sentido quando usamos a entonação de voz, ou acrescentamos um “e aí”. É claro, que nesse momento, o professor ficou boquiaberto e muito feliz por saber que seus alunos sempre o surpreendem. Por isso, nas relações interpessoais contamos, reconstruímos histórias que fazem parte das narrativas da vida e elas são construídas a partir das interações através da linguagem.

Por mais que saibamos, muitas vezes, que o “Como vai?” e “Tudo Bom” fazem parte da polidez da interação, ou até mesmo, para cumprir ritual, quando isso não ocorre em algumas interações, tendo como exemplo, o comércio, isso incomoda uma das partes dos interlocutantes, no caso o cliente. Para melhor exemplificar o que falamos, traremos o seguinte evento. Um dia um cliente chegou em um posto de combustível e, como de costume, após abastecer o carro, dirigiu-se ao caixa. Ao chegar a atendente de forma abrupta, nem olhou para o cliente e apenas disse, apontando para a máquina de cartão: “Coloque o cartão”. Isso pareceu muito estranho, porque ao se entrar no estabelecimento se espera como regra intrinsecamente acordada, que a pessoa que está no caixa diga um “Boa tarde”, seguido de um “Tudo Bom”, coisa que não houve. Para piorar a relação estabelecida, a moça disse: “Retire o cartão” e não falou mais nada. Ao cliente esperava-se que pelo menos um “Obrigado”, seguido de um “Tchau”, pudesse surgir, mas para a surpresa do cliente, não houve. Isso denota o comportamento de (im)polidez<sup>3</sup>.

A polidez nas interações conversacionais exerce um papel muito importante porque determina o avanço da interação ou a interrupção por parte de uns dos interactantes, que acaba se afastando. Essa ação é determinada exclusivamente pelo comportamento humano. Através desse comportamento é possível interpretar os meios pelos quais os falantes utilizam a língua para alcançar seus objetivos conversacionais. No comércio, por exemplo, uma atitude (im)polida pode afastar seu cliente. Pelas regras da polidez, o colaborador da empresa é orientado a ser atencioso, sorridente e demonstrar interesse pelo objetivo que um dos interactantes deseja atingir, nem que a artificialidade componha esse comportamento. Por isso, cabe muito bem um “Tudo Bom?”, “Como vai?”.

Essa análise conversacional que fizemos, trata-se de uma análise superficial, sabendo que há muito mais elementos para serem analisados. “Paradoxalmente, sabemos que uma experiência na linguagem não poderá jamais ser registrada por completo, pois ela extrapola o âmbito do registro, (DIEDRICH, 2017, p. 215)”. O registro feito na narrativa faz parte de memórias do profissional

3 Conceito trazido e ampliado por BARROS, Kauzue Saito M., 2016.

da educação, não sendo um registro que segue à risca a teoria da Análise da Conversação. Mas temos consciência de que, “ao trabalhar com a língua mobilizada na conversação, não teremos condição de analisar a totalidade de recursos que lhe são constitutivos”, (DIEDRICH e RIGO, 2017, p. 703). Assim, sabemos que muitos outros elementos poderiam ser explorados no evento linguístico que trouxemos.

Como nossa vida é permeada de narrativas que, através da linguagem, perpassam outras histórias que produzem outras histórias, principalmente na trajetória educacional, o tempo todo na interação com o outro construímos o mundo através da linguagem. Portanto, mesmo sem registro sabemos que elas existem e transcende a análise conversacional. E essa construção do mundo perpassa as duas relações dos interactantes, porque isso só é possível pela relação inevitável com o outro, sendo o outro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, os professores e alunos constroem muitas histórias que podem ser contadas, visto que estas se constituem através da interação conversacional. Sabemos que é através da língua que nos fizemos humanos e vivemos experiências significantes do mundo particular de cada um. É através da língua que entramos em contato com o outro e, assim, podemos registrar e analisar as inter-relações humanas.

Fizemos uma análise da conversação vivenciada numa aula de língua materna, observando a relação estabelecida entre professor e alunos e, isso, só foi possível através da linguagem trazida em forma de um diálogo metalinguístico, simulação real de fala cotidiana, do sobrinho de Bernie e seu amigo. Esperamos que esta reflexão sirva para mostrar como as relações só existem a partir da linguagem. A interação conversacional institui por, pelo menos, de dois interactantes para que a função linguística se efetive.

Percebemos que as relações conversacionais podem iniciar com um “Tudo Bom” ou “Como vai”, mesmo que esses sejam usados de forma artificialmente,

mas estabelecem a continuidade da conversação. Essas expressões assumem sentidos distintos na conversação como pudemos observar no estudo. Nas interações de prestação de serviços o comportamento polido ajuda no bom andamento de um atendimento, que pode resultar na contratação do serviço ou não.

## REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernardete M.. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008.

BARROS, Kazue SaitoM. (Im) Polidez e conflito em interações institucionalizadas. In: STURM, Luciane; TOLDO, Claudia. *Enunciação e produção de sentidos: o texto em questão - uma homenagem ao Prof. José Gaston Hilgert*. São Paulo, Pontes Editores, 2016.

BRAIT, Beth. O Processo Interacional. In: PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999, 189 – 214.

DIEDRICH, Marlete Sandra. Os registros da experiência da criança na linguagem: o ato enunciativo de transcrição. *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 711-737, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10587>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

DIEDRICH, Marlete Sandra; RIGO, Karina de Almeida. A língua mobilizada na conversação: princípios metodológicos para um trabalho de investigação. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, Passo Fundo, v.13, n. 3, p. 694 - 705, set/dez, 2017.

HILGERT, José Gaston. Elementos para a discussão do conceito de gênero oral. *Letras*, Santa Maria, n. 01, p. 15-34, Especial 2020.

ORECCHIONI, Catherine K.. Nouvelle communication et analyze, conversationnelle. In: *Langue française*, nº70, 1986. *Communication et enseignement*. p. 7-25.

# SOBRE OS ORGANIZADORES

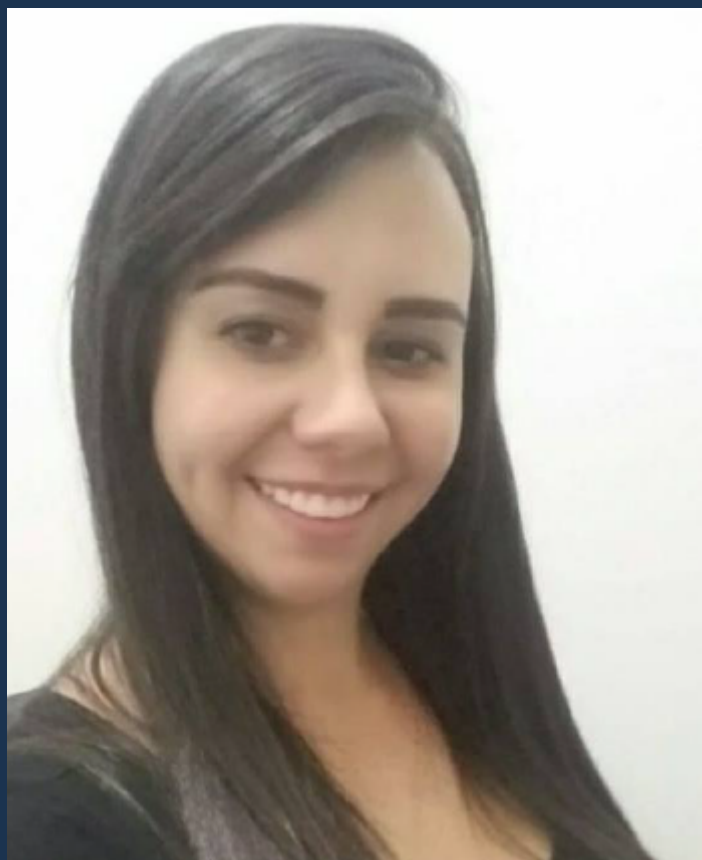
## LEANDRO ANTÔNIO DOS SANTOS



*Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (2013), e mestrado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (2016) e doutorado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (2020). Atualmente é Pós-doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG) . É professor vinculado ao Serviço Social da Indústria DR Goiás (SESI) na disciplina de Ciências Humanas. Têm experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, com destaque para a Belle époque, anos dourados, a cidade do Rio de Janeiro na criação literária, público e privado, historicidade da experiência literária, honra e moralidade da família carioca nas representações jornalísticas e teatrais de Nelson Rodrigues, imprensa brasileira, Jornal Última Hora, as sensibilidades, o cotidiano e as cidades na modernidade e o teatro brasileiro. É membro do grupo de pesquisa: As sensibilidades e a discussão do estatuto de verdade nas humanidades e nas artes, vinculado ao encontros regionais e nacional da ANPUH. É membro do grupo de pesquisa: Nelsinhas & Nelsinhos, vinculado ao Laboratório de Política, Comportamento e Mídia (Labô) da PUC-SP. É membro do Conselho editorial da Arco Editores e da TerrieED. É filiado a Associação Nacional de História - ANPUH. Possui três (3) artigos científicos em revistas especializadas, vinte e seis (26) apresentações de pesquisa em eventos acadêmicos, um (1) livro publicado e uma (1) organização de e-book.*



## TAINÉ PIRES DUARTE



*Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (2013), e mestrado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (2016) e doutorado em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (2020). Atualmente é Pós-doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). É professor vinculado ao Serviço Social da Indústria DR Goiás (SESI) na área de Ciências Humanas (Ensino Médio) e História (Ensino Fundamental II). Têm experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, com destaque para a Belle époque, anos dourados, a cidade do Rio de Janeiro na criação literária, público e privado, historicidade da experiência literária, honra e moralidade da família carioca nas representações jornalísticas e teatrais de Nelson Rodrigues, imprensa brasileira, Jornal Última Hora, as sensibilidades, o cotidiano e as cidades na modernidade e o teatro brasileiro. É membro do grupo de pesquisa: Assensibilidades e a discussão do estatuto de verdade nas humanidades e nas artes, vinculado ao encontros regionais e nacional da ANPUH. É membro do Conselho editorial da Arco Editores e da TerrieED. É filiado a Associação Nacional de História - ANPUH. Possui três (3) artigos científicos em revistas especializadas, vinte e sete (27) apresentações de pesquisa em eventos acadêmicos, quarenta e cinco (45) participações em eventos acadêmicos, um (1) livro publicado e duas (2) organizações de e-books.*

## RANNA IARA DE PINHO CHAVES ALMEIDA



*Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialista em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal Goiano, graduada em Ciências Sociais com habilitações em Licenciatura e Bacharelado em Antropologia pela Universidade de Brasília e Pedagoga pelo Instituto Federal Goiano. Exerceu atividades técnicas no Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (MS/SESAI/DSEI - MS). Leciona as disciplinas de Sociologia e Filosofia na rede pública e privada do estado de Goiás.*

# **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

## **Antonio Juscelino Barbosa dos Santos**

Mestre em Ensino de História – PROFHISTÓRIA pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

## **Leandro Antônio dos Santos**

Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Pós-Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: leandro2@ufg.br

## **Laercio Fernandes dos Santos**

Doutorando em Letras – Linguística. Mestre em Letras - Linguística pela Universidade de Passo Fundo, RS, Brasil. Professor de Língua Portuguesa há 25 anos. Formado em Letras pela Universidade de Passo Fundo, Especialização em Pedagogia Social (UPF), EAD: Gestão e Tutoria (UNIASSELVI/SC), Metodologia do Ensino Superior (UNIASSELVI/SC), Metodologia do Ensino de Literatura e Língua Portuguesa (UNIASSELVI, SC), Arte e Educação (UNIASSELVI/SC).

## **Taine Pires Duarte**

Bacharela em Direito pelo CESUC (Centro de Ensino Superior de Catalão). Pós-graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).



[www.arcoeditores.com](http://www.arcoeditores.com)



[contato@arcoeditores.com](mailto:contato@arcoeditores.com)



[@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)



[/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)



(55)99723-4952

ISBN: 978-65-89949-54-1

BR



9 786589 949541

**A R C O**  
EDITORES